



Ministério da Ciência e Tecnologia

Relatório de
prospecção orçamentária:

o MCT no debate da
lei orçamentária

Relatório de Prospecção Orçamentária:

O MCT no debate da
lei orçamentária

Ministério da Ciência e Tecnologia

Eduardo Campos
Ministro

Luis Manuel Rebelo Fernandes
Secretário Executivo

Rodrigo Rollemberg
Secretaria para a Inclusão Social

Cylon Gonçalves da Silva
Secretaria de Política e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento

Francelino Grandó
Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

Marcelo Lopes
Secretaria de Política de Informática

Esplanada dos Ministérios Bloco E
Brasília - DF - Cep: 70067-900
Telefone: (61) 317-7600
www.mct.gov.br

Sumário

Apresentação	5
Introdução	9
1. Emendas Individuais	15
1.1. Modelagem do sistema cardiovascular	23
1.2. Centro Internacional de Física da Matéria Condensada	29
2. Emendas de Comissão	33
2.1. CNPq, participação e consolidação	41
2.2. Rede Nacional de Ensino e Pesquisa	45
3. Emendas de Bancada	49
3.1. Produção de radiofármacos	57
3.2. Parque tecnológico e condomínio digital	61
3.3. RENORBIO	65
4. Emendas de Relator-Geral	69
5. Setor VI: MCT, ME, MinC e MEC	73
6. Emendas Parlamentares MCT: 1995 a 2005	79
7. Conclusão	83
Anexos	87
QUADRO I Cronograma de Prospecção	89
TABELA I Emendas Individuais MCT: LOA 2005	90
TABELA II Emendas de Comissão MCT: LOA 2005	105
TABELA III Emendas de Bancada MCT: LOA 2005	106
TABELA IV Emendas de Relator-Geral MCT: LOA 2005	107
TABELA V Emendas Parlamentares 2004/2005	108
TABELA VI Emendas Parlamentares 2005 - Setor VI - MCT, ME, MinC e MEC	109
TABELA VII Emendas Parlamentares MCT: 1995 a 2005	110
Referências	111

Apresentação

A repartição, entre os Poderes, da decisão sobre a aplicação das receitas do País é uma das marcas mais vivas das sociedades democráticas. Ela é essencial à definição e à realização de um projeto nacional de desenvolvimento que devem sempre, em todos seus passos, serem compartilhadas com o Poder Legislativo.

Cabe ao Poder Executivo enumerar fonte e destino do dinheiro arrecadado por meio de tributos e contribuições. Mas a imprescindível escuta das demandas do Parlamento confere legalidade às propostas orçamentárias e disciplina o sistema político representativo.

A sinergia entre as diretrizes e gastos previamente estipulados e o debate no Congresso, que se constrói entre a relevância do projeto e a contrapartida do trabalho parlamentar, é medida fundamental para qualificação da despesa programada e a ampliação do escopo demandado em cada área administrativa do Governo.

O Ministério de Ciência e Tecnologia, cuja ação ganhou centralidade no âmbito da administração federal, por decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, obteve do Congresso Nacional, no Orçamento de 2005, por meio desse compartilhamento de idéias e projetos, o maior acréscimo de investimento para seu conjunto de programas e projetos, conforme o relatório a seguir, que temos a satisfação de apresentar.

O MCT recebeu do Congresso Nacional 639,2 milhões em emendas, o que significa um acréscimo de 14,6% ao que o ministério dispunha quando o Projeto de Lei Orçamentária foi encaminhado ao Legislativo.

Até por não ter tradição no trabalho orçamentário, esse valor é 40% superior a tudo o que o Congresso destinou ao MCT desde 1995. Representa 58,1% do total de despesas acrescidas ao ministério desde aquele ano. Em relação a valores corrigidos de 2004, espelha um crescimento de 598,4%, evidenciando a maior demanda de seu setor, que inclui, ainda, Cultura, Esportes e Educação.

Traduzem, por fim, esses valores, o aprofundamento da consciência nacional sobre a importância estratégica dos investimentos em ciência, tecnologia e inovação. Consciência que se reflete na decisão do Congresso Nacional em aprimorar o gasto público e em fazer do Orçamento não uma peça burocrática,

onde se cruzam receitas e despesas, mas sim um instrumento das políticas que garantirão a solidez de uma Nação desenvolvida, democrática e soberana.

O trabalho realizado para o Orçamento de 2005 deve ser incentivado e aprimorado. É nesse sentido que o Ministério da Ciência e Tecnologia continuará a se empenhar, com a participação das comunidades científica e acadêmica e o apoio, que muito nos honra, dos deputados e senadores do Congresso Nacional.

EDUARDO CAMPOS
Ministro da Ciência e Tecnologia

Introdução

A exigência de discussão e votação para instituição de tributos e orçamentos nacionais, inaugurada com a Magna Carta, outorgada pelo rei John Lackland (João Sem-Terra) em 15 de junho de 1215, apresenta-se como o primeiro documento público de compromisso de um dirigente para com os limites ao seu poder de arrecadar e utilizar impostos: “Nenhum tributo ou auxílio será instituído no Reino, a não ser pelo Conselho dos Comuns, exceto com as finalidades¹ de” (art. 12).

Em referência a esse postulado, embrião do orçamento público, observa GREGGIANIN (2003, p. 1) que “o orçamento público, a par dos seus elementos técnicos de previsão de receita e fixação de despesa constitui, na sua origem, um instrumento de controle político que representou, no passado, o fundamento da afirmação dos parlamentos frente aos poderes originariamente concentrados no Executivo”.

A partir da forma inglesa legada ao Brasil, exceto pelo intervalo da Constituição outorgada de 1937, quando a aprovação foi feita pela Câmara e por um Conselho Federal, órgão que substituiu o Senado, desde 1934 a elaboração do orçamento da União obedece ao princípio de equilíbrio entre os Poderes, ou seja, o Executivo organiza o projeto de lei orçamentária e o encaminha para discussão e votação nas casas legislativas, trazendo, assim, instrumento final de controle e oposição do sistema de freios e contrapesos ao mando do Executivo, conquanto modelo inaugurado pelo art. 16 da Declaração dos Direitos do Homem, de 1789 (cf. BOBBIO, 1995, p. 248)

Segundo enumeração de Arizio de Viana (*Orçamento brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Financeiras, 1950, p. 75-83 apud GIACOMONI, J. p. 51) enquanto os orçamentos aprovados pelo Estado Novo são do “tipo administrativo”, aqueles que decorreram do texto constitucional de 1934 são do “tipo misto”, com participação efetiva dos Poderes Executivo e Legislativo.

¹ “resgatar a pessoa do Rei, fazer seu primogênito cavaleiro e casar sua filha mais velha uma vez, e os auxílios para esse fim serão razoáveis em seu montante” (BURKHEAD, J. Op. cit. p. 4 apud GIACOMONI, J. p. 41).

Na apresentação mista, os projetos orçamentários enviados ao Legislativo já definem, como critério discricionário do Executivo, a programação de despesas para o Ministério do Meio Ambiente (MCT) e demais órgãos da Administração Pública, ou seja, apresentam uma lei de iniciativa reservada. MORAES (2002, p. 1.813), divide a iniciativa da lei orçamentária anual em “orçamento fiscal referente ao Poderes da União, seus fundos, órgãos, e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público”, além do orçamento de investimento das estatais e da seguridade social.

Como regra geral não são admitidas emendas ao projeto que aumentem a despesa (art. 63, inciso I, Constituição federal). Entretanto, em matéria orçamentária, os poderes do Legislativo se ampliaram consideravelmente, permitindo uma ampla “margem para manobra” para apresentação de emendas (art. 166, § 3º), desde que partam da anulação de outras despesas ou da reestimativa de receitas (cf. PISCITELLI, 2002, p. 53).

Essa ampliação acompanhou as alterações na normas para apreciação das peças orçamentárias. Aos orçamentos de 1991 e 1992, apenas parlamentares podiam apresentar emendas. Em 1993, foram admitidos outros dois tipos, emendas de bancadas estaduais e de comissões permanentes. Em 1994 e 1995, novo aditamento, acolhendo emendas dos partidos com representação no Congresso. A partir de 1995, com a Resolução nº 2 - Congresso Nacional (CN), as emendas adquiriram os tipos atuais: parlamentar; comissão permanente; bancada regional; bancada estadual.

Inobstante essa variedade de opções e oportunidades processuais para acréscimo de despesas a programas dos órgãos do Executivo, a contribuição do Congresso Nacional, aditando investimentos para programas e ações do Ministério de Ciência e Tecnologia é, historicamente, reduzida.

Independentemente de ser a peça que registrou maior acréscimo de investimento para o MCT até então, exemplo dessa configuração restrita ficou expressa na lei orçamentária anual (LOA) de 2004. Quando o projeto tramitou no Congresso, dos R\$ 6,4 bilhões de emendas parlamentares que modificaram as rubricas estipuladas pelo governo, o Ministério recebeu apenas R\$ 99,6 milhões

(1,5%): R\$ 31,4 milhões para administração central, R\$ 50 milhões para o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), 0,6 milhão para CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear) e R\$ 17,6 milhões para o FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Unidades outras não receberam aporte nenhum.

Contribuíram para esse valor “carimbado”, bancadas estaduais, com R\$ 24,6 milhões, comissões, com R\$ 70,3 milhões, parlamentares, individualmente, com R\$ 4,7 milhões.

A partir desse quadro, o ministro da Ciência e Tecnologia, Eduardo Campos, orientou os técnicos do órgão, em maio de 2004, para o estabelecimento de instrumentos visando ampliar os valores destinados pelo Congresso Nacional ao setor de C&T.

Três intervenções deveriam permear as ações: um contato pró-ativo, antecipador das etapas de debate do projeto orçamentário; maior proximidade, com presença documental (estudos, pareceres, quadro financeiro) e física dos dirigentes das unidades orgânicas do MCT junto ao Parlamento; inclusão de medidas de sinergia entre as instituições que atuam junto ao MCT visando convalidar as demandas junto ao Congresso.

Sob a orientação da Assessoria Parlamentar da Pasta foi realizada, com todos os dirigentes de unidades do MCT e presença do ministro, uma primeira reunião visando consecutar essas medidas, em 18 de agosto de 2004. Desse fato foram dispostas e distribuídas aos agentes do órgão as seguintes ações, na forma detalhada pelo cronograma apresentado (QUADRO I):

(a) tabulação da dotação total destinada ao MCT em 2004, por meio de emendas individuais e coletivas;

(b) definição das demandas de projetos para suplemento na ambiência congressual;

(c) demarcação da atuação de cada agente que opera - institucionalmente ou não - nas esferas nacionais de ciência, tecnologia e inovação;

(d) estipulação de metas para a lei de meios de 2005.

Com a execução das ações supra indicadas e encerramento do processo legislativo de análise da lei de meios no Congresso Nacional, da data inaugural até 30 de dezembro de 2004, o presente Relatório apresenta considerações referentes ao orçamento de C&T conquanto trânsito e modificação no Legislativo federal.

1 - Emendas Individuais

A

apresentação de emendas ao orçamento da União está garantida, constitucionalmente, pelo art. 166, inciso II, notadamente. A Resolução nº 1, de 2001, do Congresso Nacional, por sua vez, disciplina montantes e quantidade de emendas asseguradas a cada grupo político.

Como critério constitucional geral, cabe aos membros das Congresso Nacional “mudar a destinação da despesa, isto é, criar uma despesa não prevista acompanhada da extinção de algumas outras de igual porte. Essas extinções só não podem ser feitas no tocante à dotações para pessoal e seus encargos, serviço da dívida e transferências constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal” (BASTOS, 1997, p. 442).

Devem, ainda, cumprir outros dois requisitos: seguir o estabelecido pelo Plano Plurianual e pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e a limitar-se à modificação de erros, omissões ou dispositivos do projeto (cf. MORAES, 2000, p. 553).

Uma das espécies de emendas são as individuais, que cabem a cada um dos 513 deputados e 81 senadores. Embora seja dada prioridade para as emendas coletivas, as individuais, com montante pré-definido para cada parlamentar (R\$ 2 milhões - 2002; R\$ 2,5 milhões - 2003; R\$ 3,5 milhões - 2004) têm seu valor incorporado automaticamente à lei orçamentária, independentemente de análise de mérito, erro material ou formal de apresentação, fatos que são corrigidos automaticamente pelos técnicos da Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso Nacional.

Esse tipo de emenda, caracterizada por ações da “microadministração”, que comportam despesas responsáveis por atender à parcela municipalista, dominante no Congresso foi, a partir de 1996, limitada a 20 por parlamentar, o que inibiu, sobremaneira, a fragmentação da ação dos parlamentares, evidenciada até esta data pela quantidade exorbitante de emendas.

Em 1959, na Câmara dos Deputados, foram apresentadas 8.572 emendas à lei orçamentária. A partir do orçamento de 1991, que recebeu 7.726 emendas, o número cresceu exponencialmente. Em 1992, foram 75 mil emendas

e em 1993, 72 mil emendas (cf. GIACOMONI, 1996, p. 212). Hoje, mesmo com o limite de 20 emendas, 11.880 são encaminhadas e aprovadas pelos parlamentares, totalizando R\$ 2 bilhões em modificações de despesas no orçamento.

Nas últimas leis, os totais reservados para o atendimento dessas emendas têm sido garantidos com recursos da reserva de contingência prevista na peça orçamentária. Em 2004, o total da reserva que cobriu as emendas parlamentares nos seus quatro tipos foi de R\$ 2,1 bilhões. Em 2005, R\$ 2,8 bilhões.

Para incorporar parcela desse valor ao MCT, necessitar-se-ia ampliar os canais de diálogo entre as demandas da Pasta, seus artífices e o Congresso, a partir de motivações iniciadas pela valorização das emendas individuais para área de C&T, como arcabouço primário para ampliação de pleitos para os outros tipos de emendas: nacionais de comissão ou localizadas de estados e regiões.

Tal fato fez exigência, pois emendas a áreas como Saúde, Transporte, Esporte, Educação, Agricultura e Cidades eram, até 2005, o caminho principal das proposições parlamentares, principalmente por sua visibilidade primária e relativa aparência de atendimento popular, embora sem concreção e resultados referendados. As opções de programas vinculados à área de C&T, diversamente, representavam, sob a ótica parlamentar, ações impermeáveis e reduzidas, não se transformando em possibilidades para aporte orçamentário.

Essa percepção é de tal forma consolidada no Congresso, seja no ambiente parlamentar ou funcional, que, até o projeto de 2005, não existiam, no manual de instrução para elaboração e no sistema computacional de preparação, emendas à lei orçamentária disponibilizado pela CMO - elenco de ritos e sistema que orientam e direcionam a apresentação de emendas para um ou outro órgão -, programas destinados à área de C&T.

Seguindo o “senso majoritário”, a tabela oferecida continha apenas ações das áreas de Agricultura, Assistência Social, Cultura, Defesa Nacional, Desenvolvimento Urbano, Desporto, Educação, Irrigação, Justiça e Segurança Pública, Meio Ambiente, Poder Judiciário, Presidência da República, Saúde, Transportes e Turismo (cf. BRASIL, 2003, p. 46-57).

Numa ação pró-ativa, a solução veio após solicitação do ministro à direção e técnicos da comissão: “Embora o número de emendas apresentadas para essa área seja pequena, constata-se que, a cada processo orçamentário, aumenta o interesse dos parlamentares pela Ciência e Tecnologia. Por essa razão, para 2005, optamos por incluir no sistema de emendas três ações” (BRASIL, 2004, p. 86).

Nesse quadro de apartação antiga, o Congresso acrescentou ao orçamento do MCT de 1995, R\$ 3,86 milhões, resultado de emendas individuais de dez parlamentares.

Ao orçamento de 1996, apenas cinco deputados apresentaram emendas destinadas ao setor de C&T, totalizando R\$ 739 mil. Distribuídas pelas unidades orçamentárias do MCT, duas emendas foram para o CNPq destinar ao Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) e ao Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS), unidades ainda sob gestão direta do Conselho, uma para o FNDCT para aplicações em desenvolvimento científico e tecnológico, *lato senso*, e mais duas para a administração central, beneficiando as universidades estaduais do Rio de Janeiro e de Passo Fundo.

De 1997 a 2003, a participação do Congresso Nacional no incremento de ações de C&T continuou reduzida: 1997, cinco emendas (R\$ 1,1 milhão); 1998, uma emenda (R\$ 250 mil); 1999, 11 emendas (R\$ 1,5 milhão); 2000, quatro emendas (R\$ 530 mil); 2001, quatro emendas (R\$ 430 mil); 2002, duas emendas (R\$ 50 mil); 2003, três emendas (R\$ 310 mil).

Em 2004, os valores, ainda que reduzidos, apresentaram avanços em relação aos anos anteriores, totalizando R\$ 4,7 milhões em 27 emendas individuais.

Para o exercício financeiro de 2005, objeto deste Relatório, as ações impetradas junto ao Congresso, esclarecendo aos parlamentares as políticas de C&T desenvolvidas no Ministério, bem como os espaços que poderiam ser ocupados pelos mesmos para fazer frente ao trabalho político local e nacional, resultaram num crescimento expressivo da demanda por programas.

Tomadas apenas as proposições individuais, o número de emendas passou, em 2005, de 27 para 295. Como resultado, ao MCT foram carreados R\$ 88,8 milhões ante R\$ 4,7 milhões de 2004.

Além do crescimento absoluto de emendas individuais, notadamente destinadas a programas de inclusão tecnológica² e de apoio à pesquisa e inovação para o desenvolvimento social³, observam-se outras duas características relevantes no resultado obtido pelo Ministério, quais sejam a distribuição geográfica e partidária das emendas.

Enquanto nas peças orçamentárias anteriores o MCT recebia poucas emendas de um número reduzido de parlamentares, ao orçamento de 2005 foram alocadas despesas por 169 deputados (32,9% da composição da Câmara) e 11 senadores (13,6 % do Senado).

Individualmente, lideram os recursos em C&T, com valores superiores a R\$ 2 milhões, os deputados Odelmo Leão (PP/MG), atual prefeito de Uberlândia, que utilizou R\$ 3,35 milhões para implantação de centros de informática em seu município, Alexandre Cardoso (PSB/RJ), que destinou R\$ 3 milhões para centros de apoio à C&T no Estado do Rio de Janeiro, Jandira Feghali (PC do B/RJ), que reservou R\$ 2,7 milhões para centros de inclusão tecnológica no mesmo Estado, e João Batista (PFL/SP), que dividiu R\$ 2,2 milhões entre o reaparelhamento da Estação Ciências da USP e a aquisição de uma unidade móvel de informática em São Paulo.

² “Centros de inclusão digital em escolas e bibliotecas públicas; centros de acesso à Internet por diversas tecnologias; unidades móveis para inclusão digital.” (MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2004)

³ “Centros Vocacionais Tecnológicos; Arranjos Produtivos Locais; tecnologias apropriadas para agricultura familiar; equipamento de beneficiamento de algodão; miniusina de processamento de lixo; miniusina de produção de biodiesel; miniusina de processamento de leite; processo de produção de alimentos; rede de pesquisa em agroecologia da reforma agrária; sistemas locais de segurança alimentar e nutricional; apoio a centros e museus de ciências; olimpíadas de ciências.; olimpíadas de matemática; apoio a eventos técnicos e científicos; apoio à formação de professores de ciências.” (MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2004).

Territorialmente, os Estados que mais receberam investimentos foram Rio de Janeiro (15,1%), Bahia (11,6%), São Paulo (10,9%) e Pernambuco (8,7%). Distribuído pelo número de membros de cada bancada, o Estado do Acre lidera o montante de recursos por parlamentar, com R\$ 343,6 mil, seguido por Pernambuco (R\$ 277,9 mil), Rio de Janeiro (R\$ 277,3 mil) e Bahia (R\$ 248,2 mil). A despeito de apresentarem uma emenda de bancada, os parlamentares do Estado de Alagoas foram os únicos que não apresentaram proposições individuais.

Entre os partidos políticos, os que apresentaram mais emendas foram o PT (23,7%), PFL (14,2%), PSB (10,2%) e PPS (7,8%).

Essa relação positiva não foi isolada. A ação dos secretários de Ciência e Tecnologia repercutiu também nos orçamentos estaduais para 2005.

No Estado do Rio de Janeiro centenas de emendas individuais foram substituídas por algumas maiores, alocando R\$ 30 milhões para a área de C&T, mudança significativa assim representada pelo secretário, Wanderley de Souza (2005): “todas evidências apontam no sentido de que a sociedade brasileira já considera o investimento em C&T como importante para o desenvolvimento econômico e social sustentável”.

As emendas individuais, não obstante ensejarem receios quanto à sua aplicabilidade, criam ações sinérgicas e desencadeiam projetos para fomento de atividades executivas as quais alocam despesas, seja na área de C&T ou qualquer outra e, fundamentalmente, colocam no centro da discussão política as demandas do setor. Em expressão, sintetiza SANCHES (1997, p. 96):

“Na apreciação do PLO a atuação dos Parlamentares é particularmente importante pelo seu caráter de oportunidade para obter ou ampliar as alocações em favor de suas regiões de origem. Embora essa atividade, na prática, seja frustrante para muitos parlamentares - cujas emendas são rejeitadas ou, quando acolhidas, vetadas, contingenciadas ou não executadas - o ato de propor emendas a projetos de lei possui, em si mesmo, um conteúdo político que transcende à questão de sua aprovação ou rejeição.”

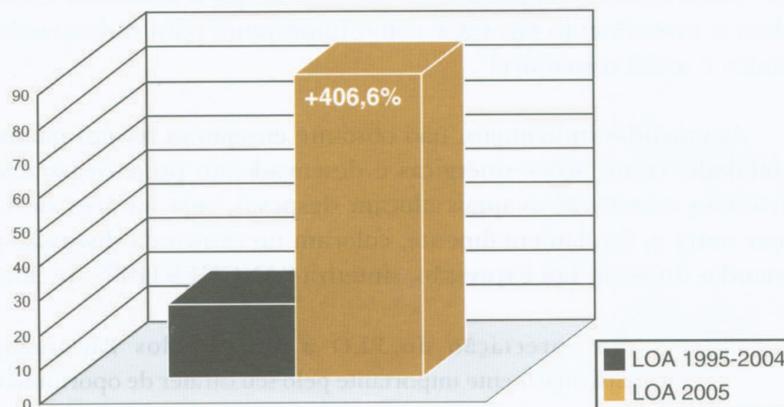
Como resultado, a alocação de dotações para determinada unidade orçamentária do governo, sob qualquer tipo de emenda, delimita, pela via do debate orçamentário, sua participação na agenda política do Congresso e, conseqüentemente, na ampliação de emendas na lei orçamentária posterior.

Relativamente à intervenção por força de emendas individuais, o MCT cumpriu seu papel operador de forma relevante, delimitando e marcando espaço no debate, recebendo, em 2005, R\$ 88,8 milhões (TABELA I).

Esse montante supera o total oferecido ao MCT nos orçamentos de 1995 a 2004 (R\$ 21,8 milhões - valores atualizados⁴ pela UFIR e IPCA) em R\$ 67 milhões (406,6%), conforme GRÁFICO I.

**Emendas Individuais MCT:
LOA 1995-2004 x LOA 2005**

GRÁFICO I



⁴ Atualizados para 30 de dezembro de 2004: de 15/12/1994 a 26/10/2000 pela Unidade Fiscal de Referência (UFIR). Art. 54 da Lei nº 8.383/1991. In : DOU de 31/12/1991; de 27/10/2000 a 30/12/2004 pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Decisão 1.122/2000 TCU - Plenário em 13/12/2000.

1.1 - Modelagem do sistema cardiovascular

As doenças cardiovasculares (DCV) são a principal causa de morte da população mundial. No Brasil, as DCV, além de provocar elevada oneração dos serviços públicos de saúde, pois representam a segunda causa de internações hospitalares e motivo recorrente para pedidos de aposentadorias, causam 40% dos óbitos no País.

As graves conseqüências sociais das doenças cardiovasculares, assim como o reconhecimento científico de que a arteriosclerose e o desenvolvimento de diversas doenças vasculares está intimamente relacionado a fatores hemodinâmicos, têm motivado o uso crescente das técnicas de modelagem e simulação computacional para o melhor entendimento do funcionamento do sistema cardiovascular.

Dentre os projetos desenvolvidos pelo Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC) do MCT está o de modelagem e simulação computacional do sistema cardiovascular humano. O trabalho consiste no desenvolvimento de técnicas de modelagem e simulação computacional que, associadas ao rápido crescimento da performance de cálculo dos computadores, permitem o estudo e o desenvolvimento de soluções e modelos computacionais altamente sofisticados, capazes de antecipar, com aceitável grau de precisão, os resultados de importantes procedimentos médicos.

Em particular, trazem informações sobre a dinâmica do sistema cardiovascular como a velocidade de propagação e perfis de ondas de pressão, fluxo sanguíneo, tensão na parede dos vasos, tempo de permanência dos elementos de suspensão, difusão e cinética do transporte bioquímico nos tecidos da parede arterial, planejamento cirúrgico e visualização médica apurada.

A partir de trabalho de elucidação dos dirigentes e técnicos do LNCC, não obstante o período de consecução e o valor total serem maiores (R\$ 2,5 milhões), não comportando, aprioristicamente, demandas individuais, o projeto recebeu respaldo de membros da “bancada da saúde” e da Comissão de Seguridade da Câmara que aportaram 36% do necessário para sua consecução (R\$ 900 mil), valor que possibilitará alavancar o projeto e dar continuidade em emendas nos próximos orçamentos.

Ressalte-se que permitiram a execução desse trabalho, apresentando emendas de suas cotas individuais, os deputados Eduardo Paes (PSDB/RJ), com R\$ 200 mil, Jandira Feghali (PC do B/RJ), R\$ 200 mil, coordenadora do processo, Dr. Ribamar Alves (PSB/MA), R\$ 100 mil, Eduardo Barbosa (PSDB/MG), R\$ 100 mil, Selma Schons (PT/PR), R\$ 100 mil, Elimar Máximo Damasceno (PRONA/SP), R\$ 100 mil e Angela Guadagnin (PT/SP), R\$ 100 mil.

Esses recursos permitirão à unidade de pesquisa realizar, em 2005, importantes eventos associados à construção do sistema:

- (a) estudo do comportamento do sangue e dos vasos;
- (b) modelos e simuladores unidimensionais e tridimensionais;
- (c) acoplamento dos modelos em primeira e terceira dimensão;
- (d) códigos de elementos finitos incluindo alto desempenho;
- (e) desenvolvimento de software na área de visualização científica;
- (f) segmentação de imagens médicas;
- (g) análise de casos;
- (h) divulgação de resultados em periódicos e congressos internacionais;
- (i) formação de recursos humanos; e
- (j) construção de banco de dados contendo bibliografia, propriedades e resultados de todas as simulações realizadas.

Esta emenda é emblemática por dois motivos. Em primeiro lugar, por não ser contumaz deputados de outra origem estadual aportarem recursos para projetos de outros estados, independentemente de desencadearem resultados nacionais, como é o caso desse programa do LNCC. O Laboratório, com sede em Petrópolis, recebeu emendas de parlamentares do Maranhão, Minas Gerais,

Paraná e São Paulo, além dos dois do Rio. Depois, por não configurar emenda que serve, aparentemente, ao trabalho parlamentar municipal, característica dominante das emendas individuais.

Por derradeiro, a emenda sinaliza para as demais unidades estadualizadas do MCT mecanismo reordenador de pró-ção para 2006, independentemente de reafirmação da emenda global de Comissão já apresentada para esse ano-calendário.

1.2 - Centro
Internacional de Física da
Matéria Condensada

O Centro Internacional de Física da Matéria Condensada (CIFMC), instituto da Universidade de Brasília, agrega estudos voltados permanentemente para as áreas de fronteira da física da matéria condensada.

Criado em 1987, por ato do então reitor da UnB, Cristovam Buarque, funciona como catalisador para o desenvolvimento científico e tecnológico, a partir de pesquisas multidisciplinares voltadas para área de materiais e aplicações industriais, e ampliação e troca de conhecimentos com a comunidade científica internacional.

Nesse escopo, tem como objetivos:

- (a) promover estudos voltados à pesquisa básica e aplicada;
- (b) treinar pesquisadores em física da matéria condensada;
- (c) intensificar a cooperação internacional entre grupos de excelência internos e externos;
- (d) ampliar a participação brasileira em redes de pesquisa internacional;
- (e) atuar em pesquisas interdisciplinares, com especialistas do país e exterior; e
- (f) ampliar a articulação técnica de novas políticas científicas e tecnológicas em áreas estratégicas para o Brasil.

Individualmente, o CIFMC recebeu emendas dos deputados Sigmaringa Seixas (PT/DF) e Wasny de Roure (PT/DF) no valor de R\$ 100 mil e R\$ 40 mil, respectivamente. Somados aos R\$ 2 milhões, destinados pelo relator-geral, senador Romero Jucá (PMDB/RR), ficou assegurado 71,3% da dotação solicitada pela Universidade para o fomento dos projetos de pesquisa supra mencionados.

Ao ser contemplado também com percentual da emenda global destinada aos institutos do MCT, mesmo que com valores residuais, o

CIFMC garantiu, principalmente, espaço para rubrica própria nos futuros projetos de lei.

À UnB foi acrescentada, ainda, rubrica orçamentária para o Núcleo de Estudos de Saúde Pública (NESP/CEAM), a partir de iniciativa da deputada Luiza Erundina (PSB/SP), que destinou R\$ 250 mil para desenvolvimento de pesquisas na unidade.

Assemelhadamente à UnB, receberam emendas individuais as universidades Federal de Pernambuco, Federal Fluminense, Federal de Rondônia, de São Paulo (USP), Federal de Santa Maria e Estaduais do Oeste e do Centro-Oeste do Paraná, totalizando R\$ 3,4 milhões.

2 - Emendas de Comissão



s emendas de comissão (21 na Câmara e nove no Senado, incluindo Mesas Diretoras), além das limitações constitucionais compulsórias, devem abrigar outros parâmetros para sua apresentação, expressos na Resolução n° 1.

Segundo SANTA HELENA (2003, p. 12) “as emendas de comissão devem ter caráter nacional ou institucional e proporem ações na respectiva atribuição regimental. Tais emendas não podem refletir interesse tipicamente estadual ou local”.

Pode, por sua vez, cada unidade temática apresentar cinco emendas sem o limite dotacional que baliza as emendas individuais.

No ano de 1995, nenhuma comissão apresentou emenda para o Ministério, restando apenas as emendas individuais já contabilizadas.

Em 1996 o resultado foi pior, a despeito da apresentação de cinco emendas: R\$10 milhões para Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), sendo uma da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) e outra da Comissão de Educação do Senado (CE/SF); R\$ 5 milhões para o FNDCT, oriundas das mesmas comissões; e R\$ 450 mil da Comissão de Defesa Nacional da Câmara para o MCT promover estudos climáticos na Região Amazônica.

Entretanto, durante o debate do projeto na CMO, as duas emendas destinadas à Finep sofreram cortes e ficaram com valores finais negativos (- R\$ 10 milhões). Descontadas as demais emendas, o prejuízo do Ministério na lei foi de R\$ 1,8 milhão, deduzidos posteriormente do montante encaminhado ao Congresso.

Segundo números da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados (2005), os programas aos quais as emendas acrescentaram recursos, excluídas as negativas, tiveram a seguinte execução⁵: FNDCT (94,4%) e pesquisas climáticas (85,1%).

⁵ Efetiva utilização dos recursos para quitar despesas relativas a empenhos firmados, débitos contratuais do governo e despesas legais vinculadas e obrigatórias.

Ao orçamento de 1997 apenas a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado (CREDN/SF) fez emenda: R\$ 840 mil para construção de estação de rastreamento e controle de satélites de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Nada, entretanto, foi ao menos empenhado⁶.

Em 1998 houve um ligeiro acréscimo. Três comissões fizeram emendas, sendo uma da CE/SF para o CNPq no valor de R\$ 2 milhões, destinada ao Programa de Revitalização dos Institutos Tecnológicos (REVITE), outra da CREDN/SF para a mesma estação de Santa Maria, no valor de R\$ 500 mil, e duas da CCTCI, uma para o CNPq para concessão de bolsas de pesquisa no valor de R\$ 2 milhões e outra de R\$ 2 milhões para o MCT destinar à pesquisa e desenvolvimento em engenharia e tecnologia espacial. Neste ano a cota do MCT no Congresso foi aumentada pelas comissões em R\$ 6,5 milhões. Os programas aos quais as emendas acrescentaram recursos tiveram a seguinte execução: pesquisas na área espacial (83,7%), bolsas do CNPq (83,3%), estação de Santa Maria (52%) e REVITE (20,7%).

Em 1999 o valor triplicou, totalizando R\$ 22,3 milhões, assim distribuídos: CCTCI - R\$ 5 milhões para o FNDCT aplicar internamente, R\$ 5 milhões para CNEN realizar pesquisas no campo nuclear e R\$ 5 milhões para o MCT dar apoio a projetos de pesquisa em C&T; CREDN/SF - R\$ 500 mil para o MCT aplicar em ações para desenvolvimento no campo nuclear, R\$ 1,8 milhão para continuação da estação de Santa Maria e R\$ 5 milhões para o Programa Calha Norte; e Comissão de Minas e Energia (CME) - no valor de R\$ 1 milhão para a CNEN implantar unidade de proteção radiológica do Centro Regional de Ciências Nucleares do Nordeste (CRCN/NE) no Recife. Os montantes acrescentados naquele ano tiveram a seguinte execução: FNDCT (83,7%), pesquisa nuclear (74,9% - CCTCI e 23,1% - CREDN/SF), projetos de pesquisa em C&T (90,3%), estação de Santa Maria (52,9%), Calha Norte (18,2%) e CRCN/NE (53,9%).

⁶ Segundo estágio da despesa pública que confere garantia de que bloqueada parcela necessária de dotação orçamentária para posterior liquidação do contrato firmado entre o setor público e fornecedores de bens e serviços. Sem a efetivação dessa etapa é vedado à administração pública realizar a despesa (art. 60, Lei n° 4.320, de 1964).

No orçamento de 2000 o valor manteve-se no mesmo patamar, R\$ 22,5 milhões. Na CCTCI foram apresentadas quatro emendas: uma para o CNPq destinar ao fomento da pesquisa fundamental (R\$ 5 milhões); duas para CNEN, sendo uma para implantação do CRCN (R\$ 5 milhões) e outra para instalação de laboratórios de pesquisa nos institutos da Comissão (R\$ 2,5 milhões); e FNDCT para pesquisa e desenvolvimento em telemedicina e teleeducação pelo Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações - Fundação CPqD (R\$ 2,506 milhões). Na Comissão de Economia, Indústria e Comércio (CEIC) da Câmara foi apresentada uma emenda para o MCT fomentar a inovação tecnológica nas micros e pequenas empresas (R\$ 1 milhão). Por último, na Comissão de Serviços de Infra-estrutura do Senado (CSI/SF), foram aprovados mais R\$ 7 milhões para estação de Santa Maria.

Os programas acrescentados apresentaram variação considerável na execução: pesquisa fundamental (89,3%), CRCN/NE (55,6%), institutos da CNEN (86,9%), telemedicina (R\$ 1,7 milhão liquidado e nada pago), pequenas empresas (sem execução) e estação de Santa Maria (42,14%).

Em 2001, o valor foi de R\$ 38,3 milhões. Foram quatro emendas da CCTCI: para o CNPq para fomento à pesquisa fundamental (R\$ 12,6 milhões); Indústrias Nucleares do Brasil (INB) para implantação de unidade de enriquecimento de urânio (R\$ 7,2 milhões); duas para o MCT destinar à pesquisa em telemedicina e teleeducação (R\$ 10,5 milhões) e em biodiversidade da criação de peixes em tanques (R\$ 1 milhão); e uma última da CSI/SF para estação de Santa Maria (R\$ 7 milhões).

As emendas e programas acrescentados foram assim executados: pesquisa fundamental (83,7%) e INB (83,3%), telemedicina (14,3%), biodiversidade (75%) e estação de Santa Maria (24%).

Em 2002 o valor voltou a diminuir: R\$ 21,2 milhões. Duas emendas partiram da CCTCI, destinadas ao MCT para implementação do Programa Nacional de Capacitação Tecnológica de Mercados por meio da Fundação CPqD (R\$ 5,875 milhões) e ao CNPq para fomento à pesquisa fundamental (R\$ 10,1 milhões). Uma outra veio da CME para implantação do Centro de Referência em Energia Renovável - eólica e solar (R\$ 2,75 milhões) e, por último, uma da

CSI/SF para implantação do Centro Regional Sul de Pesquisas Espaciais no Rio Grande do Sul (R\$ 2,5 milhões).

As emendas do ano tiveram a seguinte execução: capacitação tecnológica (8,5%), pesquisa fundamental (80,9%), energia renovável (R\$ 450 mil liquidado e nada pago) e Centro de Pesquisas Espaciais (R\$ 2,1 milhões foram remanejados e, do que restou, apenas R\$ 495,9 mil foram pagos, isto é, 19,8%).

Em 2003 o montante aumentou novamente: foram R\$ 54 milhões a partir de quatro emendas da CCTCI, sendo três para o MCT implantar a Rede Nacional de Pesquisa Científica em Paleontologia (R\$ 2 milhões), instalar infovias para difusão e desenvolvimento tecnológico (R\$ 2 milhões) e adaptar centros tecnológicos (R\$ 9 milhões), e outra para o CNPq conceder bolsas de estímulo à pesquisa (R\$ 35 milhões) e uma da CSI/SF para o Centro Regional Sul de Pesquisas Espaciais, no Rio Grande do Sul, (R\$ 6 milhões).

As emendas e programas foram assim executados: rede de Paleontologia (81,1%), infovias (96,4%), centros tecnológicos (38,6%), bolsas (90,8%) e Centro de Pesquisas Espaciais (R\$ 3,4 milhões foram remanejados e, do que restou, apenas R\$ 587,3 mil foram pagos, ou seja, 9,8%).

No ano passado o valor total chegou a R\$ 70,4 milhões, oriundos de cinco emendas da CCTCI destinadas ao CNPq para concessão de bolsas de formação e qualificação de pesquisadores (R\$ 50 milhões), ao MCT para implantação de Centros Vocacionais Tecnológicos - CVT³ (R\$ 4,8 milhões) e desenvolvimento e fomento de ações estratégicas a área nuclear (R\$ 200 mil) e ao FNDCT para fomento a projetos de inovação tecnológica (R\$ 8 milhões) e desenvolvimento e uso de tecnologias na área de telemedicina (R\$ 6 milhões); da CE/SF para o FNDCT fomentar projetos institucionais de ciência e tecnologia (R\$ 1,1 milhão); e mais uma da Comissão da Amazônia e Desenvolvimento

⁷ "Unidade de apoio ao ensino básico e profissionalizante para difusão e popularização científica e tecnológica, funcionando como um centro irradiador de conhecimento, voltado para a capacitação da população, observando-se, sobretudo, a vocação e necessidades da região" (MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2004).

Regional (CADR) da Câmara para o MCT promover fomento à pesquisa científica, inovação e extensão tecnológica na Amazônia Legal (R\$ 250 mil).

Os programas e emendas tiveram a seguinte execução: bolsas (91,57%), CVT (96,4%), área nuclear (100%), inovação tecnológica (100%), telemedicina (100% liquidado e 2% pago), projetos institucionais do FNDCT (69,3%) e pesquisa na Amazônia Legal (projeto entregue em dezembro de 2004), em análise.

Para o orçamento de 2005, objeto deste Relatório, a planificação proposta em meados do ano passado, a partir de demanda e coordenação do ministro da Ciência e Tecnologia, Eduardo Campos, foi concebida com resultados expressivos, seja em valores absolutos, a partir da ampliação da participação parlamentar individual e coletiva, seja na “transcendência” que representa a interposição de emendas ao processo legislativo, orçamentário ou não.

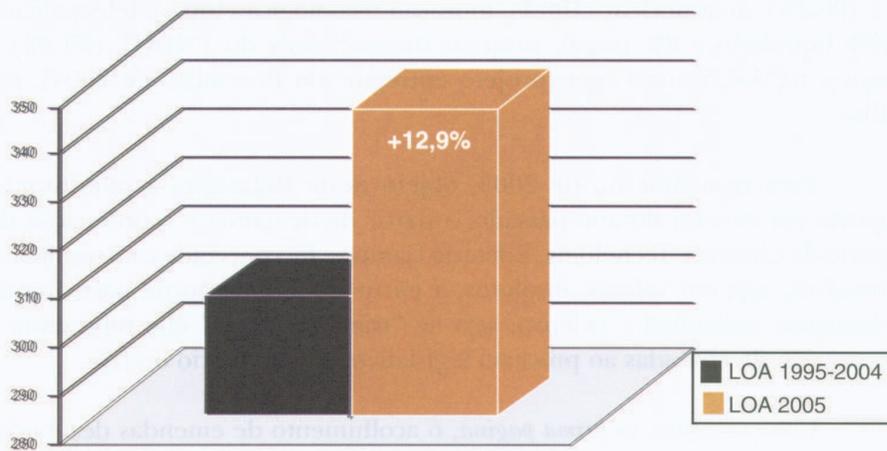
Cabe ressaltar, *in prima pagina*, o acolhimento de emendas destinadas ao MCT em quase todos os espaços temáticos do Congresso Nacional. Onze comissões apresentaram emendas para C&T. Diferentemente de anos anteriores, as proposições dispuseram de caráter nacional, sob orientação e contribuição do órgão, isolando, desde pronto, iniciativas localizadas.

Consolidando o resultado obtido em 2004, a Comissão de Ciência e Tecnologia manteve as cinco emendas para o MCT. Além dessa, agregaram-se unidades outras que, até então, registravam apresentações esporádicas de proposições: Comissão da Amazônia, Desenvolvimento Econômico, Legislação Participativa, Meio Ambiente, Minas e Energia e Trabalho, todas da Câmara, e Assuntos Econômicos, Assuntos Sociais e Educação, do Senado.

O conjunto das emendas patrocinadas por essas unidades trouxe ao MCT recursos no valor de R\$ 344,1 milhões (TABELA II). Esse montante supera o total oferecido ao MCT nos orçamentos de 1995 a 2004 (R\$ 304,7 milhões, atualizados) em R\$ 39,4 milhões (12,9%), conforme GRÁFICO II.

Emendas Comissão MCT:
LOA 1995-2004 x LOA 2005 (R\$ milhões)

GRÁFICO II



Fonte: SIAFI/STN, elaboração Consultoria de Orçamento/CD e Prodasen/SF

2.1 - CNPq, participação e consolidação

Independentemente da ampliação recente na alocação de despesas para a unidade por parte do Congresso Nacional, a relação entre o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e o debate da lei orçamentária é antiga.

Desde a divisão do sistema de emendamento da peça orçamentária em emendas individuais e coletivas, a partir de 1995, o CNPq marca sua presença no resultado final da discussão no Congresso.

Paripassu à administração central do MCT, em 1995 o CNPq já participava da redação da lei, diretamente, ou por via de suas subunidades. Neste orçamento, o LNLS, unidade sob sua gestão, depois operado pela Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron, mediante contrato de gestão assinado pelo CNPq com vinculação ao MCT, recebeu R\$ 1,4 milhão a partir de emendas dos deputados Aldo Rebelo (PC do B/SP), R\$ 400 mil, e Irma Passoni (PT/SP), R\$ 1 milhão. Além de representarem valores altos para época, ainda mais em se tratando de C&T, representou 37% de tudo que o MCT recebeu no ano.

Em 1996 foram mais duas emendas, uma do deputado Aldo Rebelo (R\$ 400 mil), para o CNPq aplicar no LNLS, e outra da então deputada Ana Júlia (PT/PA), no valor de R\$ 74,4 mil para o MPEG, também vinculado à época ao Conselho. Entretanto, essa emenda sofreu cortes na passagem pela CMO e resultou em valor negativo.

No orçamento de 1997, houve outra emenda da deputada Ana Júlia (R\$ 400 mil) para o CNPq destinar ao MPEG. Não obstante resultarem de remanejamento, pois eram emendas do relator-geral, R\$ 9 milhões foram destinados ao CNPq para concessão de bolsas: iniciação científica (R\$ 2 milhões), mestrado (R\$ 2,4 milhões), doutorado (R\$ 2,8 milhões) e pós-doutorado (R\$ 800 mil), além de R\$ 1 milhão para financiar programas setoriais e regionais.

Em 1998, as duas primeiras emendas de Comissão, uma da CCTCI, inauguraram a programação de concessão de bolsas, desta feita para apoio à pesquisa científica e tecnológica (R\$ 2 milhões) e outra da CE do Senado Federal, reforçou o REVITE em R\$ 2 milhões.

Para 1999, a deputada Socorro Gomes (PC do B/PA) reservou R\$ 200 mil para o MPEG e o deputado Edson Silva (PSDB/CE), talvez prevendo um debate que se travaria hoje em dia sobre a concessão pelo CNPq de bolsas de extensão ou de complementação acadêmica para instrutores e professores de centros tecnológicos, destinou R\$ 200 mil para este fim aos instrutores dos CVTs credenciados na Secretaria de Ciência e Tecnologia do Ceará.

Nos anos de 2000, 2001 e 2002, a CCTCI apresentou, seguidamente, emendas para fomento à pesquisa fundamental, nos valores de R\$ 5 milhões, R\$ 12 milhões e R\$ 10,1 milhões, respectivamente.

No orçamento de 2000 houve, ainda, uma de relator-geral, destinando R\$ 3,7 milhões para concessão de bolsa de estímulo à pesquisa, e no ano de 2001, uma individual do deputado Inácio Arruda (PC do B/CE), visando fortalecer o programa de incubadoras de empresas e inovação tecnológica desenvolvido pela Universidade Federal do Ceará (R\$ 100 mil).

Em 2003 e 2004 foram apresentadas apenas duas emendas, ambas da CCTCI. Entretanto, foi a partir desses orçamentos que o Congresso começa a criar um rito de emendas, com valores consideráveis, reservadas para o CNPq conceder bolsas para pesquisadores. No primeiro ano foram R\$ 35 milhões e no segundo R\$ 50 milhões.

Para 2005, o valor destinado pela Comissão (R\$ 52,7 milhões) consolidaram patamares mínimos para o custeio dos pesquisadores do País, na ambiência do Congresso Nacional. Uma vez tidas como fundamentais, até pela própria repetição e debate recorrente dentro da CMO, ficam abertos caminhos tanto para sua ampliação como para complementação com previsões de despesa para fomento à pesquisa.

2.2 - Rede Nacional de Ensino e Pesquisa



Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), mantida pelos Ministérios da Ciência e Tecnologia e Educação, interliga todos os estados e o Distrito Federal a partir de infra-estrutura avançada de rede computacional para suporte às atividades de ensino superior e pesquisa no Brasil.

Seus principais usuários são instituições de ensino superior, unidades de pesquisa e agências de educação federais e de fomento à pesquisa. Ao lado destas, outras de ensino e pesquisa estaduais, municipais e privadas se interligam à RNP, totalizando 369 instituições brasileiras, com cerca de 1 milhão usuários, onde 58 mil são pesquisadores, professores e alunos associados a grupos de pesquisa brasileiros.

Duas razões são estratégicas para o estabelecimento de uma rede de alto desempenho para educação e pesquisa, com um salto de capacidade em seu valor atual, de poucas centenas de megabits/seg para novo patamar de algumas dezenas de gigabits/seg no País:

- (a) suporte às pesquisas que demandam grande interatividade entre os participantes ou processamento intensivo de informações de forma distribuída; e
- (b) integração em redes de universidades e centros de pesquisa para a formação de alunos e capacitação de professores.

Não obstante a Rede ter sido contemplada com “apenas” 9,1 milhões, sua apresentação pela Comissão de Educação do Senado transcende o valor absoluto. Além de demarcar espaço em ambiente próprio do Senado, permeou, durante as extensas discussões na CMO, o debate político como dotação fundamental para o aparato educacional, científico e tecnológico do país.

A relevância adquirida no cenário parlamentar, fruto da ida do ministro à comissão e trabalho da direção da Rede junto ao seus membros, garante à RNP, além de espaço para definir rubrica, posição central na discussão das próximas lei de meios.

3 - Emendas de Bancada



As bancadas estaduais é garantido, desde 1993, a apresentação de emendas coletivas. A partir da Resolução nº 1, cada Estado e Distrito Federal passou a apresentar de 18 a 23 emendas, dependendo do tamanho da composição no Congresso. Nas representações com mais de 18 parlamentares, a Resolução garante três emendas para cada senador. São as chamadas emendas “de caráter estruturante” (art. 25, § 1º).

Assim como as emendas individuais representam o caráter municipalista do Congresso, tendência dominante entre seus componentes, estas - em contraponto à própria peça orçamentária, que denota exigências da União - buscam revelar a configuração federalista do País, reservando a cada uma de suas unidades, de forma proporcional, investimentos passíveis de emendamento.

Embora revelem importância para representação política federativa, as emendas coletivas exigem aperfeiçoamentos. Segundo SANCHES (1997, p. 96), o conceito de interesse estadual ainda está “pendente de uma melhor definição”. A mesma identificação vale para as emendas estruturantes oferecidas por senadores. SANTA HELENA (2003, p. 11), ao seu turno, registra que são muito criticadas as emendas coletivas “que não identificam claramente a obra objeto da alocação orçamentária, a denominada rachadinha ou partilhável. Muitos consideram tais emendas como desvirtuamento da emenda coletiva, pois se tratariam, na realidade, de emendas individuais, a serem especificadas durante a execução orçamentária, já no Poder Executivo”.

Um procedimento imediato para minorar tais reticências seria o de exigir o cumprimento do disposto na própria Resolução quanto às justificativas dos projetos, qual seja a apresentação de informações relativas à viabilidade econômico-social, relação custo-benefício, estágio de execução dos investimentos já realizados e a realizar, bem como outras fontes de financiamento e eventuais contrapartidas, além do cronograma de execução, termos estes que, na maioria das vezes, não são relatados.

Permitiria, em conseqüência, uma análise mais apurada do mérito da proposta, como pede a Resolução: “elementos necessários para subsidiar a avaliação da ação por ela proposta” (art. 25, § 2º).

Nesse ambiente, decorrente até do prazo exíguo para apreciação do orçamento para 2005, o MCT, assim como nos tipos anteriores, ampliou consideravelmente seu leque de opções, demarcando, fazendo-se existir no debate político e, fundamentalmente, fomentando uma cultura de C&T junto às bancadas estaduais do Congresso.

No retrospecto, de 1995 até 2004, apenas nos anos de 1996, 1998, 2000, 2002, 2003 e 2004 foram apresentadas emendas estaduais para ciência e tecnologia. Ainda assim, uma ou no máximo duas emendas.

Quem inaugurou a demanda foi a bancada do Rio Grande do Norte, em 1996, que destinou R\$ 2 milhões para o FNDCT transferir ao Fundo estadual similar. No entanto, os recursos não foram pagos⁸, inviabilizando a dotação.

Em 1998, a bancada fluminense reservou R\$ 8 milhões para centro de excelência em pesquisa no estado. Nada executado também.

Ao orçamento de 2000, Sergipe destinou R\$ 3,4 milhões para implantação de pólo de novas tecnologias no campus da Universidade Federal. Do total, R\$ 2 milhões foram remanejados e, do que restou, R\$ 899 mil foram liquidados⁹ e apenas R\$ 27,9 mil pagos (1,9%).

Em 2002, foram duas emendas. Maranhão aportou R\$ 4,4 milhões para implantação de centro de capacitação tecnológica no estado. Como de costume, dinheiro esterelizado. Rio Grande do Sul reservou R\$ 12,1 milhões para implantação do Centro de Excelência em Tecnologia Avançada (Ceitec). Foi pago, entretanto, apenas R\$ 1 milhão (8,3%).

⁸ Estágio final de realização da despesa pública, ocorre posteriormente à liquidação e autorização do ordenador de despesa do órgão por meio do efetivo pagamento à entidade responsável pela entrega do serviço ou bem, promovendo a quitação da despesa.

⁹ Terceiro estágio da despesa pública, consiste na verificação, pelo ordenador de despesas do órgão, por meio de documentos e títulos que comprovem o crédito, do direito do credor, se a despesa foi empenhada e o bem ou serviço entregue de acordo com o processo de sua contratação.

Em 2003 mais duas emendas foram apresentadas, originárias das mesmas bancadas para os mesmos projetos. O Estado do Maranhão reservou ao centro de capacitação tecnológica R\$ 4 milhões e o do Rio Grande do Sul, ao Ceitec, R\$ 6,3 milhões. Para o Maranhão o resultado financeiro foi baixo, executando-se apenas R\$ 350 mil (17,50%). O Rio Grande do Sul, fugindo à norma, conseguiu, com essa emenda, quase equiparar o resultado orçamentário ao financeiro: R\$ 5,9 milhões (94,4%).

Em 2004, houve um pequeno acréscimo. Cinco estados passaram a “emendar o MCT”: Minas Gerais e Tocantins, além do Rio Grande do Sul, Maranhão e Sergipe. Minas iniciou seu trabalho com CVTs destinando R\$ 10 milhões para implantação de unidades deste tipo no estado. Esse valor já foi liquidado. Sergipe pediu a primeira emenda para implantação de seu parque tecnológico, destinando ao MCT R\$ 7,5 milhões. Do total acertado com a bancada, 100% já foi pago (R\$ 1,4 milhões). Tocantins reservou R\$ 2,3 milhões para o MCT promover ações de inovação e desenvolvimento para o desenvolvimento social no estado. Do valor, 100% já foi liquidado. Para o Maranhão, a bancada reservou R\$ 1,7 milhões para implantação de 90,1% (R\$ 1,5 milhão) já foram liquidados. No Rio Grande do Sul, saiu mais uma emenda para o MCT destinar ao Ceitec (R\$ 3 milhões). Desse valor, uma parte foi paga e o restante foi carreado de outras despesas do MCT para ações de C&T no estado.

Para o exercício de 2005, as bancadas “descobriram” o MCT. Dezesete estados apresentaram 22 emendas para o MCT, além da bancada da Região Nordeste, que reservou ao Ministério uma de suas duas emendas. Por tradição, as bancadas de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Maranhão e Sergipe continuaram apresentando emendas ao MCT. Agregaram-se a esse movimento Bahia, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Amazonas, Rondônia, Tocantins, São Paulo, Espírito Santo, Paraná e Distrito Federal.

Das despesas aprovadas pela bancada de Minas Gerais, uma destina-se à ampliação da rede de CVTs, instalação que já dispõe de várias unidades no estado às custas da dotação de 2004 e que receberá mais R\$ 17,98 milhões, valor suficiente para implantar, em média, 15 pontos; outra, de R\$ 15,1 milhões,

para promoção de ações de inclusão e consolidação de arranjos produtivos locais¹⁰ (APL), a exemplo do de biotecnologia da região metropolitana de Belo Horizonte, aglomerado de incubação que comporta 70% das empresas que promovem estudos nesta área em Minas Gerais; e uma última destinando R\$ 11,3 milhões para produção de radiofármacos pelo Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear (CDTN).

A partir desse crescimento, somente o montante reservado ao Estado representa 44% de tudo que foi destinado ao MCT no ano de 2004.

Para o Rio Grande do Sul foram reservadas duas emendas: R\$ 2,7 milhões para custeio da unidade regional do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) de Santa Maria e da Fundação de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (Cientec) e R\$ 2,6 milhões para o Ceitec.

O Estado do Maranhão, com R\$ 5,9 milhões, triplicou o valor de 2004 e repetiu programação de despesa para ampliação e modernização de CVTs. Sergipe renovou a emenda de 2004, atribuindo R\$ 8,96 milhões para seu parque tecnológico.

As demais emendas, com exceção do Ceará, que reservou R\$ 6 milhões para programas de implantação de miniusinas de biodiesel no estado, Paraná, que, em uma de suas duas verbas, destinou R\$ 4,3 milhões para pesquisa e inovação em suas universidades estaduais e Bahia que, de duas aprovadas, atribuiu R\$ 14,1 milhões para despesas com a implantação de parque tecnológico e condomínio digital, foram destinadas a programas de inclusão tecnológica e apoio à pesquisa e inovação para o desenvolvimento social.

Mato Grosso, São Paulo, Amazonas, Distrito Federal e Bahia (segunda emenda) aprovaram R\$ 44,8 milhões para projetos de inclusão tecnológica.

¹⁰ “São aglomerados de agentes econômicos e sociais, localizados em um mesmo território, que apresentam vínculos consistentes de articulação, interação, cooperação, aprendizado e governança. O objetivo do APL é contribuir para o desenvolvimento econômico e social, gerar renda e emprego, por meio de ações que visem a eliminar gargalos produtivos, gerenciais e tecnológicos” (MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2004).

Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Tocantins, Rondônia, Pernambuco, Mato Grosso do Sul e Paraná (segunda emenda) destinaram R\$ 68,3 milhões para programas de pesquisa e inovação para o desenvolvimento social em seus estados.

Totalizadas, as emendas de bancadas estaduais associadas à da bancada da Região Nordeste para a Renorbio (R\$ 5,96 milhões), o MCT obteve R\$ 198 milhões (TABELA III). Esse montante supera o total oferecido ao MCT nos orçamentos de 1995 a 2004 (R\$ 82,7 milhões, atualizados) em R\$ 115,3 milhões (239,3%), conforme GRÁFICO III.

Esse cenário oferece oportunidades para apuração, ampliação e especialização das demandas de C&T junto ao Congresso, tanto em termos quantitativos como qualitativos, resultado que demarca e fomenta as ações de C&T junto ao meio político e que, uma vez consolidado e associado a outras tarefas de implemento material e processual legislativo, contribuirá para criação de uma cultura do setor junto ao Congresso Nacional.

**Emendas de Bancada MCT:
LOA 1995-2004 x LOA 2005 (R\$ milhões)**

GRÁFICO III



Fonte: SIAFI/STN, elaboração Consultoria de Orçamento/CD e Prodasen/SF

3.1 - Produção de radiofármacos

O Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear (CDTN) de Minas Gerais, organização pertencente à CNEN, foi a primeira instituição brasileira a dedicar-se à pesquisa nuclear. Suas principais atividades concentram-se nas áreas de reatores, materiais, engenharia de processos, radioproteção, rejeitos radioativos e física aplicada, além de realizar pesquisas especializadas de segurança nuclear e radiológica, meio ambiente e saúde.

A emenda destinada ao Centro, pavimentada pelo trabalho persistente dos técnicos e dirigentes do Instituto desde abril do ano passado, no valor de R\$ 11,28 milhões, possibilitará ao estado realizar a parte mais difícil e sofisticada da instalação PET (tomografia de emissão positrônica) que é a aquisição e preparação estrutural para localização do ciclotron.

Instalado, constituir-se-á numa central para produção de rádioisótopos de meia-vida curta que permitirá atender não apenas à população de Belo Horizonte, mas também aos serviços de medicina nuclear situados a uma distância de até duas horas do hospital.

De acordo com o deputado Sérgio Miranda (PC do B/MG)¹¹,

“é uma tecnologia nova para identificação de câncer com o uso de tomógrafo por emissão de positrons. Existem 5 equipamentos desse tipo no Brasil, todos instalados no Rio de Janeiro e em São Paulo e em entidades privadas. Estamos propondo a instalação de um tomógrafo PET numa entidade pública de Minas Gerais. Portanto, é um projeto interessantíssimo. Fiquei orgulhoso porque, da minha bancada, 48 deputados apoiaram esse projeto”.

Essa emenda, assim como a do LNCC e CIFMC, é representativa, pois obteve caráter preferencial no rol de proposições destinadas ao estado, num

¹¹ Câmara dos Deputados. Comissão Mista de Planos, Orçamento Públicos e Fiscalização. In: Notas taquigráficas da discussão de relatórios setoriais ao Projeto de Lei nº 51, de 2004-CN - Orçamento Geral da União. Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação, Núcleo de Redação Final em Comissões, 22 dezembro 2005, p. 159.

ambiente reduzido e postulado por outros investimentos importantes para estruturação da unidade federativa, como adequação e construção das rodovias federais BR-352, BR-153, BR-165 e BR-040, ampliação de trechos de trens urbanos, estruturação de unidades de saúde, ações de infra-estrutura urbana, projetos de conservação de bacias hidrográficas, modernização de instituições de educação profissional (Cefet) e entidades de ensino superior (Ifes). A soma desses fatores a credencia para o próximo orçamento e colabora para criar uma cultura de C&T no Congresso Nacional.

3.2 - Parque tecnológico e condomínio digital

No rol de emendas de bancada estaduais aprovadas ao orçamento de 2005, uma das encampadas pela Bahia reservou dotação para instalação de parque tecnológico e condomínio digital.

Localizado em Salvador, o parque possibilitará “a atração de organizações de referência empresarial, acadêmica e do terceiro setor para pesquisa, desenvolvimento e experimentação de tecnologias e soluções de alto impacto, fortalecendo os empreendimentos de base tecnológica e facilitando a transferência de tecnologia e o registro de patentes” (BAHIA, 2004, p. 52).

O condomínio, caracterizado por aglomerados de empresas que compartilham infra-estrutura avançada de telecomunicações e serviços de suporte, por sua vez, permitirá a articulação de projetos cooperados de pesquisa e desenvolvimento, estratégias de negócios e de programas de capacitação e promoção de competitividade e a sustentabilidade de micros e pequenas empresas do setor de tecnologia da informação.

Segundo o secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação da Bahia, Rafael Lucchesi, no orçamento de 2005 o Estado “aprovou emenda de bancada no valor de R\$ 14,1 milhões destinados ao parque tecnológico, dotação esta que permitirá, além da viabilização da infra-estrutura básica da primeira etapa de sua construção, a instalação do condomínio digital. Os projetos apoiados são de grande importância e projeção, com significativo impacto para o desenvolvimento econômico e social do estado. Essa foi a primeira vez que foram apresentadas emendas coletivas na área de Ciência e Tecnologia” (EMENDAS, 2005).

Assemelhadamente às emendas detalhadas anteriormente, essa não só consolida a atuação da área de ciência e tecnologia no estado como, também, a legitima para novas demandas.

3.3 - Renorbio

As emendas coletivas de bancada regional diferem das de estados apenas pela quantidade que cabe a cada uma. Enquanto aos estados são apropriadas de 18 a 23 emendas, aos colegiados de cada região são apropriadas apenas duas. Da mesma forma que as federativas, estas exigem o apoio de dois terços de seus componentes.

De suas duas emendas, a bancada da Região Nordeste reservou uma para o MCT aplicar em projetos de pesquisa vinculados ao Programa Rede Nordeste de Biotecnologia (Renorbio), caso inédito na relação entre a Pasta e o debate da lei orçamentária no Congresso.

O programa, criado a partir de parceria entre o MCT e o Fórum dos Secretários Estaduais de Ciência e Tecnologia da Região Nordeste, constitui importante instrumento para a inserção e a participação do Brasil na geração e utilização de avanços da biociência para reduzir a fome e minimizar graves problemas de saúde pública, em particular os relacionados com a mortalidade infantil.

Com tais recursos serão financiados projetos que se proponham a desenvolver linhas de pesquisa pioneiras, com alto grau de inovação científica e qualificação de recursos humanos necessários ao desenvolvimento científico e à geração de novidades tecnológicas, bem como a ampliação da base tecnológica dentro de uma perspectiva de desenvolvimento a longo prazo.

Como o custo unitário de cada projeto gira em torno de R\$ 700 mil, com o valor aprovado pela emenda (R\$ 5,96 milhões) - superior ao solicitado para este exercício financeiro - será possível custear oito pesquisas de biotecnologia na região.

4 - Emendas do Relator-Geral

A análise das emendas passa por dois filtros. Às relatorias-setoriais¹² cabe a análise da proposta no tocante à programação de trabalho dos órgãos de seu respectivo setor e o corte nos investimentos e inversões financeiras dentro do próprio conjunto para atendimento das emendas parlamentares. À relatoria-geral, que tem a competência de identificar erros na receita estimada pelo Poder Executivo, fica reservada a maior parcela de recursos para fechamento dos relatórios e atendimento das emendas, notadamente dispostos por reestimativas de receita com valores superiores às encaminhadas pelo projeto de lei (cf. SANTA HELENA, 2003, p. 12).

Nesse contexto, o relator-geral do projeto reordenou os recursos destinados ao MCT em R\$ 185,5 milhões, com despesas predominantemente distribuídas pela Agência Espacial Brasileira (AEB), na forma da TABELA IV.

Contudo, no cômputo líquido alcançado pela Pasta no trâmite do orçamento no Congresso, a quase totalidade destas dotações não entram na conta pois resultam de reordenamento orçamentário.

¹² Ciência e Tecnologia pertence ao Setor VI, conjuntamente com Educação, Esporte e Cultura.

5 - Setor VI: MCT,
ME, MinC e MEC

A relatoria-setorial é o instrumento por meio do qual são examinadas as partes do projeto de lei relativamente aos órgãos a partir de normas editadas pelo plano plurianual (PPA), lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e pelo parecer preliminar (cf. SANCHES, 1997, p. 230).

O projeto de lei orçamentária, quando chega à CMO, é distribuído para dez setores, cabendo a cada um a designação de um parlamentar para relatá-lo. O MCT participa, ao lado dos ministérios da Educação (MEC), Esportes (ME) e Cultura (MinC) do Setor VI.

Nesse grupo, o Ministério sempre foi o órgão de menor participação nas demandas do Congresso e, conseqüentemente, no debate político. Sequer era mencionado nas longas jornadas de discussão relativa ao orçamento da União. Apenas uma comissão aqui e outra acolá, um parlamentar ou outro, se pronunciavam sobre os assuntos de C&T, fato esse não só limitado à peça orçamentária mas também presente na materialidade de outras proposições.

A partir do trabalho de aproximação desenvolvido em 2005 esses indicadores modificaram-se substancialmente, passando o MCT a ocupar posição de destaque na pauta do Congresso, como é o exemplo do caso orçamentário deste relatório.

O relator do setor de C&T, deputado Carlito Merss (PT/SC)¹³, resume o trabalho do Ministério:

“Sem pretensão de desmerecer os demais ministros, a meu ver, o ministro Eduardo Campos fez um trabalho belíssimo. Nenhum Ministério fez tanto lobby quanto o dele. Eu diria que foi o bom lobby, porque o lobby não é algo ruim. Isso ocorreu em diversas comissões e bancadas. E o que mencionaram o deputado Sérgio Miranda e outros deputados é impressionante.

¹³ Câmara dos Deputados. Comissão Mista de Planos, Orçamento Públicos e Fiscalização. In: Notas taquigráficas da discussão de relatórios setoriais ao Projeto de Lei nº 51, de 2004-CN - Orçamento Geral da União. Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação, Núcleo de Redação Final em Comissões, 22 dezembro 2005, p. 167.

Estou muito feliz por perceber bancadas estaduais incluindo emendas na área de ciência e tecnologia. Isso representa um avanço. Qual é normalmente o objetivo? Estrada e estrada. Mas não é assim que deve ser. Foi muito bom o que houve aqui, e estou muito feliz.”

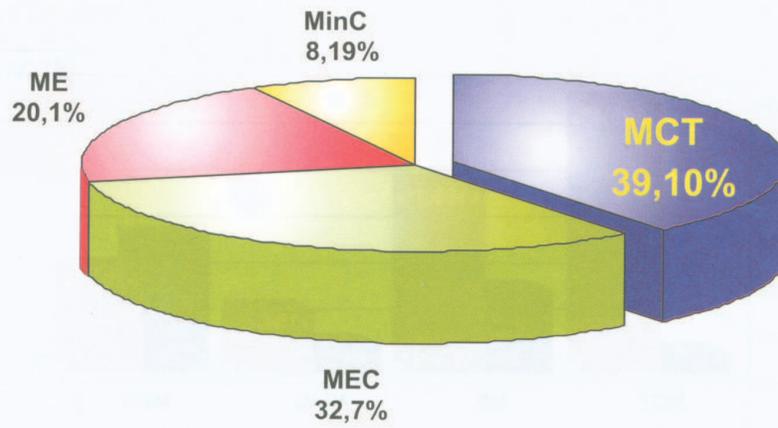
Resulta desse movimento que o MCT, que sempre obteve o menor acréscimo de despesas até o ano passado, quando foram acrescentados R\$ 99,6 milhões ao órgão (R\$ 106,8, atualizados), passou a dispor, por força das emendas aprovadas no Congresso Nacional, do maior acréscimo em 2005, R\$ 639,2 milhões, um crescimento de 598,4%, contra 85,1% do Ministério do Esporte, 54,7% do Ministério da Cultura e um decréscimo de 29,3% do Ministério da Educação (GRÁFICO IV e TABELA V).

Tal valor corrobora a ampliação da distribuição de emendas apresentadas, conferindo ao MCT a maior demanda, R\$ 3,4 bilhões (39,1%), conforme GRÁFICO VI e TABELA VI.

Fato relevante desse último indicador é a quantidade de emendas apresentadas por comissões, 50,5% do total, e que deverão ter, na renovação dos trâmites de apreciação do PLOA para 2006, maior relevância, já que personificam, diferentemente dos demais meios, o próprio debate desenvolvido no Congresso Nacional (GRÁFICO V).

Total de Emendas Apresentadas LOA 2005:
Setor VI - MCT, ME, MinC e MEC

GRÁFICO VI



Fonte: SIAFI/STN, elaboração Consultoria de Orçamento/CD e Prodasen/SF

6 - Emendas
Parlamentares - MCT:
1995 a 2005

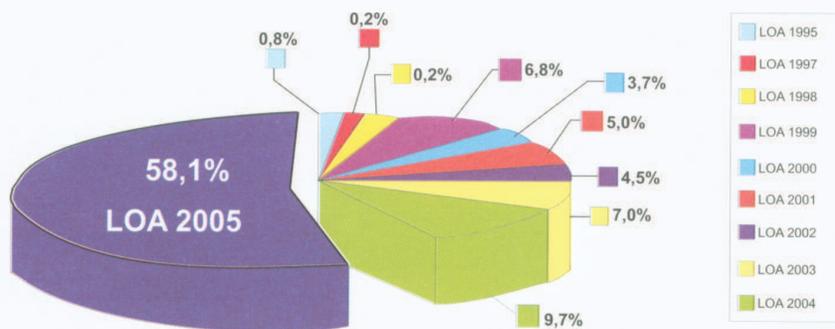
O total obtido pelo MCT para 2005, por meio das emendas parlamentares, foi de R\$ 639,2 milhões, resultado do valor acrescentado por meio de emendas individuais (R\$ 88,8 milhões), de Comissão (R\$ 344,1 milhões), de bancada (R\$ 198 milhões) e de relator-geral (R\$ 8,3 milhões).

O valor de 2005 representa 58,1% de tudo o que foi acrescido ao orçamento do MCT desde a Lei de 1995 e excede a soma das dotações de 1995 a 2004 em 40%, com valores corrigidos, conforme GRÁFICO VII¹⁴ e TABELA VII.

Em relação ao quadro orçamentário disponível para as ações de 2005, significa um acréscimo de 14,6% em relação ao que a Pasta dispunha quando o projeto foi enviado a Congresso.

Emendas Parlamentares MCT:
1995-2005

GRÁFICO VII



Fonte: SIAFI/STN, elaboração Consultoria de Orçamento/CD e Prodasen/SF

¹⁴ Não consta do Gráfico a dotação atribuída ao MCT pela LOA de 1996 pois o valor foi negativo: R\$ 3,8 milhões, atualizados.

7 - Conclusão

A previsão constitucional de independência entre os Poderes, muitas vezes tomada e defendida como viés de apartação, deve, diferentemente disso, ser norteadada por outro conceito, o da harmonia.

O processo legislativo, seja ele constitucional ou regimental, *interna corporis*, afeto à apreciação da lei de meios pelo Congresso Nacional, talvez seja o que mais necessita dessa corresponsabilidade.

Requer, cada vez mais, desde a chegada do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, em 15 de abril de cada exercício financeiro, ação paralela e irmanada dos Poderes da República, especificando e esmiuçando cada unidade monetária necessária para a consecução dos projetos apresentados.

Se não conseguir oferecer a melhor forma de investimento, no mínimo conduzirá a um resultado orçamentário transparente e aberto a quem dele mais precisa, qual seja a população.

O MCT, desde abril de 2004, imbuído dessa partilha de responsabilidade, tanto no levantamento discricionário das despesas como no aprimoramento do debate da lei orçamentária no Congresso Nacional, buscou, por meio de ações de aproximação e transferência de informações relativas a cada projeto desenvolvido na Pasta, oferecer aos parlamentares um escopo de ações não só atinentes ao desenvolvimento científico e à inserção tecnológica-social do particular como, também, ao trabalho político.

Como resultado, obteve um acréscimo de investimentos e custeio às ações de ciência, tecnologia e inovação, nominadas em programações de despesa do Ministério, maior que a soma de todos os anos anteriores, desde 1995.

Para 2006, a partir do novo cenário construído, serão exigidos maiores esforços de convencimento, ampliação da especialização e qualificação de cada emenda, incluindo, na construção das tarefas, cada entidade que atua junto ao setor de ciência e tecnologia no Brasil, tanto oferecendo respaldo político-social para os pleitos como construindo, individualmente, cada proposta a ser sugerida ao Congresso.

Esse trabalho se anuncia brevemente com a LDO através de uma participação mais acentuada dessas entidades, buscando o fortalecimento financeiro do FNDCT, conquanto interpretação e expressão das limitações de empenho ressalvadas por força do § 2º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, que já abriga as ações vinculadas à função de Ciência e Tecnologia.

Anexos

Quadro I

CRONOGRAMA DE PROSPECÇÃO																				
FASES - ATIVIDADES	MESES - 2004																			
	AGO				SET				OUT				NOV				DEZ ¹⁵			
	SEMANAS																			
	1ª	2ª	3ª	4ª	1ª	2ª	3ª	4ª	1ª	2ª	3ª	4ª	1ª	2ª	3ª	4ª	1ª	2ª		
Fase 1 Pró-ativa																				
Reunião com assessores do MCT e externos																				
Participação do MCT e Metas LOA 2004/5																				
Identificação de unidades e entidades																				
Reunião com dirigentes de unidades localizadas																				
Reunião com dirigentes de unidades em BSB																				
Carta Secretário C, T & I																				
Contato com entidades																				
Contato com secretários e coordenadores																				
Fase 2 - Operacional																				
Encaminhamento Unidades BSB																				
Encaminhamentos Unidades Estados																				
Segunda chamada																				
Reunião com parlamentares																				
Fase 3 - Aplicativa																				
Acompanhamento da apresentação																				
Contatos com relator e presidente																				

¹⁵ A reserva de duas semanas corresponde à limitação constitucional para entrega do texto para sanção do presidente, em 15 de dezembro.

Tabela I

EMENDAS INDIVIDUAIS MCT: LOA 2005					
Nº	AUTOR	PARTIDO	UF	EMENTA	VALOR R\$
1	Dep. Abelardo Lupion	PFL	PR	Apoio à Pesquisa e Inovação para Desenvolvimento Social de Municípios - Estado do Paraná.	300.000
2				Implantação de laboratórios tecnológicos de informática, de Ciência em escolas públicas e de centros de acesso popular à internet em municípios - Estado do Paraná.	600.000
3	Dep. Adão Pretto	PT	RS	Apoio à pesquisa e inovação para o desenvolvimento social Associação de Mulheres Trabalhadoras rurais - Estado do Rio Grande do Sul.	150.000
4	Dep. Agnaldo Muniz	PPS	RO	Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital no Campus da UNIR em Ji-Paraná - Estado de Rondônia.	100.000
5	Dep. Alberto Fraga	PTB	DF	Apoio à pesquisa e implantação ao desenvolvimento social - implantação da central de transferência de embriões e inseminação artificial de Brasília - Distrito Federal	200.000
6	Dep. Alex Canziani	PTB	PR	Apoio à pesquisa e inovação para o desenvolvimento social - Estado do Paraná.	1.400.000
7	Dep. Alexandre Cardoso	PSB	RJ	Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital - inclusão digital do portador de necessidades especiais - APAE - Duque de Caxias - RJ.	50.000
8				Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital - implantação de centros de Apoio à Ciência e Tecnologia - Estado do Rio de Janeiro.	2.750.000
9				Fomento à elaboração e implantação de projetos de Inclusão Digital - Cardoso Moreira - RJ.	50.000
10				Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital - programa de pesquisa de capacidade profissional para Inclusão Digital - Italva- RJ.	50.000
11				Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital - Qualificação profissional do portador de necessidades especiais - IBDD - Rio de Janeiro - RJ.	100.000
12	Dep. Alice Portugal	PCdoB	BA	Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital -São Gonçalo dos Campos - BA	80.000
13	Dep. Almir Sá	PL	RR	Arranjos produtivos locais: Implantação do arranjo produtivo local - APL - Implantação do APL - Estado de Roraima - Implantação do arranjo produtivo local.	350.000
14	Dep. Aloysio Nunes Ferreira	PSDB	SP	Implantação de centro de inclusão digital em setores de impacto social, em municípios - Estado de São Paulo.	250.000
15	Dep. Anderson Adauto	PL	MG	Fomento à elaboração e implantação de inclusão digital - Uberaba - MG	600.000
16	Dep. André Zacharow	PP	PR	Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital - Construção e implantação de centro vocacional e tecnológico de informática - Tapira - PR - Pref. Municipal	100.000

EMENDAS INDIVIDUAIS MCT: LOA 2005					
Nº	AUTOR	PARTIDO	UF	EMENTA	VALOR R\$
17	Dep. Angela Guadagnin	PT	SP	Software para modelagem e simulação do sistema cardiovascular humano - Nacional.	100.000
18	Dep. Antônio Cambraia	PSDB	CE	Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital em Municípios - Estado do Ceará.	150.000
19	Dep. Antônio Carlos Magalhães Neto	PFL	BA	Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital - Estado da Bahia - Municípios.	350.000
20	Dep. Ariosto Holanda	PSDB	CE	Difusão e popularização de Ciência e Tecnologia para inclusão digital em municípios do Estado do Ceará.	1.000.000
21	Dep. Armando Monteiro	PTB	PE	Implantação do arranjo produtivo local para produção de carnes no município de Buíque - PE.	260.000
22				Implantação do Arranjo Produtivo Local para produção de carnes no município de Triunfo - PE.	100.000
23	Dep. Aroldo Cedraz	PFL	BA	Apoio para o desenvolvimento de estudos e pesquisas ao IDR - Sisal - Valente - BA.	300.000
24				Implantação de Centro de Capitação Tecnológico de Informática em municípios - Estado da Bahia.	300.000
25	Dep. Asdrúbal Bentes	PMDB	PA	Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital - Estado do Pará.	1.500.000
26	Dep. Athos Avelino	PPS	MG	Fomento à elaboração de projetos de inclusão digital - Montes Claros - MG.	300.000
27	Dep. Átila Lira	PPS	AM	Apoio à pesquisa de sistema de beneficiamento de babaçú no município de Miguel Alves -PI.	150.000
28	Dep. Augusto Nardes	PP	RS	Apoio à pesquisa e inovação para o desenvolvimento social em municípios do Estado do Rio Grande do Sul.	100.000
29	Dep. Babá	S/Partido	PA	Desenvolvimento de pesquisas para gestão e uso sustentável dos ecossistemas amazônicos - Museu Emílio Goeldi - Região Norte.	100.000
30	Dep. Barbosa Neto	PSB	GO	Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital - Estado do Goiás.	600.000
31				Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital em Goiânia - Estado do Goiás.	200.000
32				Apoio à implantação e modernização de centros vocacionais tecnológicos - Estado de Goiás.	400.000

EMENDAS INDIVIDUAIS MCT: LOA 2005					
Nº	AUTOR	PARTIDO	UF	EMENTA	VALOR R\$
33	Dep. Barbosa Neto	PSB	GO	Apoio à pesquisa e inovação para o desenvolvimento social - Estado de Goiás.	100.000
34	Dep. Bernardo Ariston	PMDB	RJ	Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital - Armação dos Búzios - RJ.	100.000
35	Dep. Beto Albuquerque	PSB	RS	Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital em municípios do Estado do Rio Grande do Sul.	500.000
36	Dep. Carlos Abicalil	PT	MT	Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital - Estado do Mato Grosso.	350.000
37	Dep. Carlos Melles	PFL	MG	Difusão e popularização da ciência e tecnologia para inclusão digital em municípios do sul de Minas - Estado de Minas Gerais.	250.000
38	Dep. Carlos Souza	PP	AM	Apoio às pesquisas desenvolvidas pelo instituto nacional de pesquisa da Amazônia - Inpa - Manaus - AM.	50.000
39	Dep. Cezar Schirmer	PMDB	RS	Fomento à elaboração e implantação de inclusão digital - na cidade de Santa Maria - RS, na Universidade Federal de Santa Maria.	300.000
40	Dep. Chico Alencar	PT	RJ	Projeto de avaliação da exposição brasileira à radioatividade natural - Nacional.	100.000
41	Dep. Cláudio Cajado	PFL	BA	Apoio à implantação e modernização de centros vocacionais/implantação de bibliotecas digitais em municípios - Estado da Bahia.	80.000
42	Dep. Colbert Martins	PPS	BA	Fomento à elaboração e implantação de projetos de Inclusão Digital - Feira de Santana.	200.000
43	Dep. Colombo	PT	PR	Capacitação de equipes do programa através do Programa Nacional de Incubadoras - (PNI) - Curitiba.	143.000
Apoio à implantação e modernização de centros vocacionais tecnológicos em todos os campi da Uniãoeste Cascavel - PR				205.000	
45	Dep. Confúcio Moura	PMDB	RO	Apoio à implantação de tecnologias apropriadas para processo de produção de alimentos no município de Ariquemes - RO.	150.000
46				Apoio à implantação e modernização de centro vocacionais tecnológicos - Ariquemes - RO.	80.000
47				Implantação de centro de acesso à Internet para inclusão digital - Ariquemes - RO.	200.000
48	Dep. Coriolano Sales	PFL	BA	Aquisição de unidade móvel para capacitação tecnológica de informática em municípios do Estado da Bahia.	800.000
49	Dep. Darci Coelho	PP	TO	Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital - Estado do Tocantins.	200.000
50	Dep. Deley	PV	RJ	Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital - Volta Redonda - RJ.	60.000

EMENDAS INDIVIDUAIS MCT: LOA 2005					
Nº	AUTOR	PARTIDO	UF	EMENTA	VALOR R\$
51	Dep. Dr. Evilásio	PSB	SP	Implantação de centro de acesso à Internet para inclusão digital - Cabaceiras - RJ.	100.000
52				Unidade móvel para capacitação tecnológica de informática - Taboão da Serra - SP.	600.000
53	Dep. Dr. Heleno	PP	RJ	Implantação de centro de inclusão digital em municípios - Estado do Rio de Janeiro.	500.000
54				Implantação de centro de acesso à Internet por diversas tecnologias para inclusão digital nos municípios - Estado do Rio de Janeiro.	100.000
55				Aquisição e aparelhamento de unidade móvel para inclusão digital, em municípios do Estado do Rio de Janeiro.	350.000
56	Dep. Dr. Ribamar Alves	PSB	MA	Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital - Estado do Maranhão.	400.000
57				Software para modelagem e simulação computacional do sistema cardiovascular humano - Nacional.	100.000
58	Dep. Edna Macedo	PTB	SP	Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital em municípios do Estado de São Paulo.	1.600.000
59	Dep. Edson Duarte	PV	BA	Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital - Estado da Bahia.	246.600
60	Dep. Edson Ezequiel	PMDB	RJ	Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital - Cachoeiras de Macacu - RJ - inclusão digital - Casas do futuro.	170.000
61				Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital - Conceição de Macabu - RJ - Casas do futuro.	170.000
62				Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital - São Pedro da Aldeia - RJ - Casas do futuro.	170.000
63	Dep. Eduardo Seabra	PTB	AP	Unidade móvel para capacitação tecnológica de informática em municípios do Estado do Amapá.	400.000
64	Dep. Eduardo Barbosa	PSDB	MG	Apoio para equipar, capacitar e modernizar os centros de capacitação das Apaes - Estado de Minas Gerais.	470.000
65				Software para modelagem e simulação computacional do sistema cardiovascular humano - Nacional.	100.000
66	Dep. Eduardo Gomes	PSDB	TO	Fomento à elaboração e implantação de projetos de Inclusão Digital em municípios - Estado de Tocantins - GO.	200.000
67	Dep. Eduardo Paes	PSDB	RJ	Software para modelagem e simulação computacional do sistema cardiovascular humano - Nacional.	200.000
68	Dep. Eduardo Sciarra	PFL	PR	Apoio à implantação e modernização de centros vocacionais tecnológicos na Unicentro - campus de Irati - PR.	60.000
79				Apoio à implantação e modernização de centros vocacionais tecnológicos em todos os Campi da Unoeste - Cascavel - PR.	135.000
70				Implantação de centro de inclusão digital em municípios do Estado do Paraná.	300.000

EMENDAS INDIVIDUAIS MCT: LOA 2005					
Nº	AUTOR	PARTIDO	UF	EMENTA	VALOR R\$
71	Dep. Eduardo Valverde	PT	RO	Apoio à implantação e modernização de centros vocacionais tecnológicos - Nacional.	150.000
72				Implantação de miniusina de biodiesel no Estado de Rondônia.	150.000
73	Dep. Elaine Costa	PTB	RJ	Unidade móvel para capacitação tecnológica de informática do Estado do Rio de Janeiro - Especificação da meta.	800.000
74	Dep. Elimar Máximo Damasceno	PRONA	SP	Software para modelagem e simulação do sistema cardiovascular humano - Nacional.	100.000
75	Dep. Fábio Souto	PFL	BA	Implantação de infocentros nos municípios do Estado da Bahia.	800.000
76	Dep. Fernando de Fabinho	PFL	BA	Implantação de centros de inclusão digital os municípios do Estado da Bahia.	800.000
77	Dep. Fernando Ferro	PT	PE	Apoio a projeto de implantação de miniusina de leite e laticínios da comunidade indígena do povo Xukuru do Ororubá - Pesqueira - PE.	120.000
78				Implantação de centro de acesso à Internet para inclusão digital - Município de Escada - PE.	100.000
79				Apoio e implantação de tecnologia apropriadas para o processo de produção de alimentos - Cabo de Santo Agostinho - PE.	200.000
80				Implantação de miniusina de processamento de lixo - Agelim - PE.	150.000
81				Implantação do centro de acesso à Internet para inclusão digital - Município de Condado - PE.	100.000
82				Implantação de centro de acesso à Internet para inclusão digital - Petrolândia - PE.	100.000
83				Implantação de centro de acesso à Internet para inclusão digital - Toritama - PE.	250.000
84				Apoio à implantação e modernização de centros vocacionais tecnológicos na Escola Agrotécnica Federal de Vitória de Santo Antão - PE.	200.000
85	Dep. Feu Rosa	PP	ES	Apoio à implantação de tecnologias apropriadas para agricultura familiar - Alto Rio Novo - ES.	50.000
86				Unidade móvel para capacitação tecnológica de informática - Iúna - ES.	400.000
87				Apoio à pesquisa e inovação para o desenvolvimento social - Ariquemes - RO.	50.000
88	Dep. Francisco Appio	PP	RS	Implantação de centro de capacitação tecnológica de informática nos municípios Amuscer, Amesne e Amunor - Estado do Rio Grande do Sul.	1.000.000
89	Dep. Gastão Vieira	PMDB	MA	Difusão e popularização de ciência e tecnologia para inclusão social em municípios - Estado do Maranhão.	250.000
90	Dep. Giacobbo	PL	PR	Apoio à implantação e modernização de centros vocacionais tecnológicos em todos os campi da Unioeste-Cascavel - PR.	135.000
91				Implantação e modernização de centro de informática em municípios no Estado do Paraná.	30.000

EMENDAS INDIVIDUAIS MCT: LOA 2005					
Nº	AUTOR	PARTIDO	UF	EMENTA	VALOR R\$
92	Dep. Gonzaga Patriota	PSB	PE	Apoio à implantação e modernização de centro vocacional tecnológico - CVT no Estado de Pernambuco.	225.000
93	Dep. Guilherme Menezes	PT	BA	Implantação de Arranjo Produtivo Local de café no Planalto de Conquista - Vitória da Conquista - BA. Microrregião do Planalto de Conquista.	600.000
94	Dep. Gustavo Fruet	Sem partido	PR	Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital - Curitiba.	500.000
95				Apoio à implantação e modernização de centros vocacionais tecnológicos em todos os campi da Unioeste - Cascavel - PR.	100.000
96	Dep. Hamilton Casara	PSB	RO	Fomento à implantação de projetos de inclusão digital - Estado de Rondônia.	110.000
97	Dep. Heleno Silva	PL	SE	Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital - Estado de Sergipe.	100.000
98	Dep. Henrique Afonso	PT	AC	Apoio à pesquisa e desenvolvimento em áreas temáticas da biodiversidade - Nacional.	560.000
99				Implantação de laboratório de informática e Internet - Feijó - AC.	60.000
100	Dep. Hermes Parcianello	PMDB	PR	Apoio à implantação e modernização de centros vocacionais tecnológicos em todos os campi da Unioeste - Cascavel - PR.	135.000
101				Apoio à pesquisa e inovação para o desenvolvimento social no Estado do Paraná.	500.000
102	Dep. Homero Barreto	PTB	TO	Implantação de centro de inclusão digital em setores de impacto social em municípios - Estado do Tocantins - TO.	100.000
103	Dep. Humberto Michiles	PL	AM	Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital nos municípios do Amazonas.	400.000
104	Dep. Inácio Arruda	PCdoB	CE	Implantação de mina de fosfato com urânio associado no município de Santa Quitéria - Estado do Ceará.	25.000
105	Dep. Isaías Silvestre	PSB	MG	Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital em municípios - Estado de Minas Gerais.	360.000
106	Dep. Ivan Paixão	PPS	SE	Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital nas escolas municipais de Jatoatã - SE.	175.000
107	Dep. Ivo José	PT	MG	Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital em municípios do Estado de Minas Gerais.	120.000
108	Dep. Jackson Barreto	PTB	SE	Implantação de centro de capacitação tecnológica de informática nos municípios do Estado de Sergipe.	750.000
109				Aquisição de unidade móvel para capacitação tecnológica de informática no município de Tobias Barreto - SE.	140.000
110	Dep. Jandira Feghali	PCdoB	RJ	Apoio à implantação e modernização de centros vocacionais tecnológicos - Estado do Rio de Janeiro.	2.500.000
111				Software para modelagem e simulação computacional do sistema cardiovascular humano - Nacional.	200.000
112	Dep. João Batista	PFL	SP	Apoio à implantação e modernização de centros vocacionais tecnológicos - Reforma/Implantação/Aparelhamento da estação ciência da Universidade de São Paulo - Fundação de apoio à Universidade de São Paulo.	1.000.000

EMENDAS INDIVIDUAIS MCT: LOA 2005					
Nº	AUTOR	PARTIDO	UF	EMENTA	VALOR R\$
113	Dep. João Batista	PFL	SP	Unidade móvel para capacitação tecnológica de informática no Estado de São Paulo.	1.200.000
114	Dep. João Campos	PSDB	GO	Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital - Goiânia - GO.	100.000
115				Apoio à pesquisa e à inovação para o desenvolvimento social - Estado de Goiás.	250.000
116				Apoio à pesquisa e à inovação para o desenvolvimento social em municípios - Estado de Goiás.	300.000
117	Dep. João Correia	PMDB	AC	Unidade móvel para capacitação tecnológica de informática nos municípios do Estado do Acre.	800.000
118	Dep. João Fontes	Sem partido	SE	Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital - Estado de Sergipe - em municípios.	500.000
119	Dep. João Grandão	PT	MS	Apoio à implantação de miniusina de processamento de lixo no município - Rio Verde de Mato Grosso - MS.	100.000
120	Dep. João Mendes de Jesus	PSL	RJ	Unidade móvel para capacitação tecnológica de informática no Estado do Rio de Janeiro.	800.000
121	Dep. Joaquim Francisco	PTB	PE	Apoio à implantação e modernização de centros vocacionais tecnológicos pela Caeps em Recife - PE.	250.000
122	Dep. Jorge Alberto	PMDB	SE	Difusão e popularização de ciência e tecnologia para inclusão digital e social em municípios - Estado de Sergipe.	500.000
123	Dep. Jorge Gomes	PSB	PE	Projeto para organização comunitária e recuperação da cultura de algodão no Nordeste - Cumarú - PE.	165.000
124	Dep. José Carlos Aelúia	PFL	BA	Implantação de centro de acesso à Internet para inclusão digital no município de Campo Formoso - BA.	100.000
125				Implantação de centro de acesso à Internet para inclusão digital no município de Coronel João Sá - BA.	150.000
126				Implantação de centro de acesso à Internet para inclusão digital no município de Ribeira do Pombal - BA.	80.000
127				Implantação de centro de acesso à Internet para inclusão digital no município de Santa Brígida - BA.	120.000
128	Dep. José Carlos Machado	PFL	SE	Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital em escolas do município - Itabaiana - SE.	100.000
129				Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital em escolas de municípios - Estado de Sergipe.	600.000
130	Dep. José Chaves	PTB	PE	Implantação de centros de inclusão digital em setores de impacto social.	150.000
131	Dep. José Divino	PMDB	RJ	Unidade móvel para capacitação tecnológica de informática - Estado do Rio de Janeiro.	800.000
132	Dep. José Eduardo Cardozo	PT	SP	Fomento à elaboração e implantação de projetos de Inclusão Digital - Atibaia - SP na biblioteca Municipal.	100.000
133	Dep. José Ivo Sartori	PMDB	RS	Fomento à elaboração e implantação de projetos de Inclusão Digital - Caxias do Sul - RS.	400.000

EMENDAS INDIVIDUAIS MCT: LOA 2005					
Nº	AUTOR	PARTIDO	UF	EMENTA	VALOR R\$
134	Dep. José Mentor	PT	SP	Implantação de espaços comunitários de inclusão digital Casa Brasil no município de Americana - SP.	263.000
135				Implantação de espaços comunitários de inclusão digital Casa Brasil no Distrito Cursino - Bairro Saúde - SP.	263.000
136				Implantação de espaços comunitários de inclusão digital Casa Brasil na capital, no bairro de Tucuruvi, região Norte - São Paulo - SP.	263.000
137	Dep. José Roberto Arruda	PFL	DF	Apoio à implantação e modernização de centros vocacionais tecnológicos - Distrito Federal - Memorial Cruls.	200.000
138	Dep. José Rocha	PFL	BA	Instalação do laboratório de transferência de embriões (TE) e produção in vitro de embriões em Coribe - BA.	250.000
139	Dep. Josias Gomes	PT	BA	Implantação de infocentros nos municípios do Estado da Bahia.	400.000
140	Dep. Josias Quintal	PMDB	RJ	Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital - Natividade - RJ.	60.000
141				Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital - Estado do Rio de Janeiro - Aquisição de computadores.	170.000
142				Apoio à implantação e modernização de centros vocacionais tecnológicos - Santo Antônio de Pádua - RJ.	300.000
143	Dep. Juíza Denise Frossard	PPS	RJ	Fomento à elaboração de projetos de inclusão digital no município de São Gonçalo - RJ.	150.000
144	Dep. Júnior Betão	PPS	AC	Aquisição de unidade móvel de inclusão digital Estado do Acre.	950.000
145				Implantação do Arranjo Produtivo Local (APL) da mandioca e derivados - Estado do Acre.	570.000
146				Implantação de Centro de inclusão digital Rio Branco - AC.	150.000
147	Dep. Kátia Abreu	PFL	TO	Implantação de centro de acesso à Internet para inclusão digital em municípios do Estado do Tocantins - TO.	450.000
148	Dep. Laura Carneiro	PFL	RJ	Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital - Itatiaia - RJ.	100.000
149	Dep. Leonardo Mattos	PV	MG	Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital - Belo Horizonte - MG.	100.000
150	Dep. Leonardo Picciane	PMDB	RJ	Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital - Volta Redonda - RJ.	60.000
151	Dep. Lúcia Braga	PT	PB	Unidade móvel para capacitação tecnológica de informática pela Fundação Desembargador Toledo em João Pessoa - PB.	400.000
152	Dep. Luciano Castro	PL	RR	Revitalização do museu integrado e implantação de um centro de Inclusão Digital no Estado de Roraima especificação da meta.	50.000

EMENDAS INDIVIDUAIS MCT: LOA 2005					
Nº	AUTOR	PARTIDO	UF	EMENTA	VALOR R\$
153	Dep. Luciano Leitoa	PSB	MA	Apoio à pesquisa e inovação para desenvolvimento social - apoio à centros tecnológicos em municípios do Estado do Maranhão.	290.000
154				Apoio à pesquisa e inovação para o desenvolvimento social tecnologias apropriadas para agricultura familiar, aquisição de máquinas beneficiadoras de arroz em municípios do Estado do Maranhão.	180.000
155				Implantação de centros de acesso à Internet para inclusão digital em municípios do Estado do Maranhão.	200.000
156	Dep. Luiz Alberto	PT	BA	Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital - Pelourinho -Salvador - BA.	80.000
157				Apoio à pesquisa e inovação para o desenvolvimento social - Rio de Contas - BA, apoio e implantação de tecnologias apropriadas para a agricultura familiar em comunidades Quilombola.	60.000
158	Dep. Luiz Bassuma	PT	BA	Implantação de centro de acesso à Internet para inclusão digital no município de Cipó - BA	100.000
159				Implantação de centro de acesso à Internet para inclusão digital - Entre Rios - BA.	100.000
160				Apoio à pesquisa e desenvolvimento aplicados à segurança alimentar e nutricional - Bairro Nordeste de Amaralina - Salvador - BA.	250.000
161				Apoio à pesquisa e desenvolvimento aplicados à seguridade alimentar e nutricional em municípios do Estado da Bahia.	300.000
162				Apoio à pesquisa e desenvolvimento aplicados à seguridade e nutricional em municípios do Estado da Bahia.	300.000
163	Dep. Luiz Bittencourt	PMDB	GO	Apoio à pesquisa e inovação para o desenvolvimento social em municípios do Estado de Goiás.	208.000
164	Dep. Luiz Carreira	PFL	BA	Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital em municípios do Estado da Bahia.	328.000
165	Dep. Luiz Couto	PT	PB	Implantação de centros municipais de informática no Estado da Paraíba.	100.000
166	Dep. Luiz Eduardo Greenhalgh	PT	SP	Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital - Embu - SP.	150.000
167				Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital , construção de capacitação tecnológica de informática no município de Jandira - SP.	250.000
168				Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital , implantação e centro de acesso à Internet para inclusão digital no município de Suzano - SP.	150.000
169				Apoio à pesquisa e inovação para o desenvolvimento social. Custeio das atividades de informática da associação de Voluntário Integrados no Brasil - São Paulo - SP.	300.000
170	Dep. Luiz Piauhyllino	PDT	PE	Apoio a eventos técnicos e científicos em municípios do Estado de Pernambuco.	310.000

EMENDAS INDIVIDUAIS MCT: LOA 2005					
Nº	AUTOR	PARTIDO	UF	EMENTA	VALOR R\$
171	Dep. Luiz Sérgio	PT	RJ	Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital - Barra do Pirai - RJ.	90.000
172				Implantação de centro de acesso à Internet por diversas tecnologias para inclusão digital I no município de Bom Jardim - RJ.	90.000
173				Implantação de centro de acesso à Internet por diversas tecnologias para inclusão digital Bom Jesus do Itabapoana - RJ.	90.000
174				Implantação de centro de acesso à Internet por diversas tecnologias para inclusão digital - Iguaba Grande - RJ.	90.000
175				Implantação de centro de acesso à Internet por diversas tecnologias para inclusão digital no município de Laje do Muriaé - RJ.	90.000
176				Implantação de centro de acesso à Internet por diversas tecnologias para inclusão digital o município de Macuco-RJ.	90.000
177	Dep. Luiz Sérgio	PT	RJ	Implantação de centro de acesso à Internet por diversas tecnologias para inclusão digital no município de Rio Claro - RJ.	90.000
178	Dep. Luiza Erundina	PSB	SP	Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital - Pedreira - SP.	200.000
179				Apoio à pesquisa e inovação para o desenvolvimento social, núcleo de estudos de saúde pública (UnB) Brasília - DF.	250.000
180	Dep. Lupércio Ramos	PPS	AM	Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital - Eirunepé - AM, construção do centro de inclusão digital.	100.000
181				Apoio à pesquisa e inovação para o desenvolvimento social - Manacapuru - AM, implantação de uma miniusina de processamento de lixo.	400.000
182	Dep. Marcelo Castro	PMDB	PI	Implantação de centro de acesso à Internet para inclusão digital em Ariquemes - RO.	50.000
183	Dep. Marcelo Guimarães Filho	PFL	BA	Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital (Instituto Maria Rosa) - Jequié - BA.	150.000
184	Dep. Marcelo Ortiz	PV	SP	Apoio à pesquisa e inovação para o desenvolvimento social e inclusão digital em municípios do Vale do Ribeira - SP.	300.000
185	Dep. Maria do Carmo Lara	PT	MG	Implantação de centro de inclusão digital em setores de impacto social nos municípios - Estado de Minas Gerais.	400.000
186	Dep. Maria Helena	PPS	RR	Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital - Implantação de centros de capacitação tecnológica de informática - Estado de RR.	150.000
187	Dep. Maurício Rabelo	PL	TO	Unidade móvel para capacitação tecnológica de informática no Estado do Tocantins - TO.	800.000
188	Dep. Maurício Rands	PT	PE	Apoio à implantação e modernização de centros vocacionais tecnológicos - Surubim- PE.	150.000
189				Apoio à implantação e modernização de centros vocacionais tecnológicos - Estado de Pernambuco.	150.000
190				Inclusão digital e social em setores de impacto em Pernambuco.	450.000

EMENDAS INDIVIDUAIS MCT: LOA 2005					
Nº	AUTOR	PARTIDO	UF	EMENTA	VALOR R\$
191	Dep. Miguel Arraes	PSB	PE	Aperfeiçoamento tecnológico e aquisição de matrizes selecionadas para aclimação de mudas na biofábrica do Lika/UFPE - Recife - PE.	300.000
192				Aquisição de equipamentos para biofábrica do Lika/UFPE.	300.000
193	Dep. Milton Cardias	PTB	RS	Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital - Nacional.	50.000
194	Dep. Miro Teixeira	PPS	RJ	Fomento à elaboração de projetos de inclusão digital do Instituto de Computação da Universidade Federal Fluminense - Estado do Rio.	100.000
195	Dep. Moacir Micheletto	PMDB	PA	Apoio à implantação e modernização de centros vocacionais tecnológicos em todos os campi da Unioeste - Cascavel - PR.	135.000
196	Dep. Moreira Franco	PMDB	RJ	Implantação de centro de acesso à Internet para inclusão digital - Ariquemes - RO.	50.000
197	Dep. Nécio Rodrigues	PSDB	MG	Apoio à implantação e modernização de centros vocacionais tecnológicos - Estado de Minas Gerais.	300.000
198				Apoio à pesquisa, inovação e divulgação tecnológico para inclusão digital social - Estado de Minas Gerais.	700.000
199	Dep. Nazareno Fonteles	PT	PI	Concessão de bolsas de iniciação científica júnior no Estado do Piauí.	60.000
200				Pesquisa e desenvolvimento na Associação Instituto de Matemática Pura e Aplicada - IMPA.	120.000
201	Dep. Nélio Dias	PP	RN	Apoio à pesquisa e inovação para o desenvolvimento social - Estado do Rio Grande do Norte.	300.000
202	Dep. Neucimar Fraga	PL	ES	Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital - Iluna - ES.	100.000
203	Dep. Neuton Lima	PPB	SP	Unidade móvel para capacitação tecnológica de informática - Indaiatuba - SP.	400.000
204	Dep. Nilton Capixaba	PTB	RO	Aquisição de unidade móvel para capacitação tecnológica de informática em municípios e entidades no Estado de Rondônia.	400.000
205	Dep. Odelmo Leão	PP	MG	Implantação de laboratórios tecnológicos de informática no município de Uberlândia - MG.	3.350.000
206	Dep. Osmário Pereira	PTB	MG	Unidade móvel de difusão de informática, ciência e tecnologia no Estado de Minas Gerais.	800.000
207	Dep. Osvaldo Reis	PMDB	TO	Implantação de centro de acesso à Internet para inclusão digital em municípios do Estado do Tocantins - TO	100.000
208	Dep. Pauderney Avelino	PFL	AM	Apoio à implantação e modernização de centros vocacionais tecnológicos - Santa Isabel do Rio Negro - AM.	130.000
209				Apoio à implantação e modernização de centros vocacionais tecnológicos - Apuí - AM.	130.000
210				Apoio à implantação e modernização de centros vocacionais tecnológicos - Manaquiri - AM.	100.000

EMENDAS INDIVIDUAIS MCT: LOA 2005					
Nº	AUTOR	PARTIDO	UF	EMENTA	VALOR R\$
211	Dep. Pauderney Avelino	PFL	AM	Apoio à implantação e modernização de centros vocacionais tecnológicos - Alvarães - AM.	130.000
212				Apoio à implantação e modernização de centros vocacionais tecnológicos - Barcelos - AM.	130.000
213				Apoio à implantação e modernização de centros vocacionais tecnológicos - Envira - AM.	100.000
214	Dep. Paulo Baltazar	PSB	RJ	Unidade móvel para capacitação tecnológica de informática dos municípios de Volta Redonda, Barra Mansa, Barra do Pirai, Pinheiral, Itaiaia, Porto Real, Quatis, Pirai, Rio Claro, Rio das Flores, Valença, vassouras e Mendes através do Instituto Brasileiro de Cultura e Educação - IBRAE - nesses municípios do sul fluminense - RJ.	1.080.000
215				Implantação de centro de acesso à Internet para Inclusão Digital no município de Rio das Flores - RJ.	150.000
216	Dep. Paulo Bernardo	PT	PR	Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital, implantação de laboratório em escolas no município de Londrina - PR.	150.000
217	Dep. Paulo Pimenta	PT	RS	Unidade móvel para capacitação tecnológica de informática ou: implantação de centro de capacitação tecnológica de informática em municípios - Estado do Rio Grande do Sul.	100.000
218	Dep. Pedro Correa	PP	PE	Implantação de centro de capacitação tecnológicas de informática em municípios do Estado de Pernambuco.	400.000
219				Unidade móvel para capacitação tecnológica de informática em entidade filantrópica em municípios do Estado de Pernambuco.	400.000
220	Dep. Pedro Irujo	PL	BA	Implantação de centro de capacitação tecnológicas de informática em municípios da Bahia.	1.050.000
221	Dep. Perpétua Almeida	PCdoB	AC	Implantação de laboratórios de informática no município de Cruzeiro do Sul - AC.	100.000
222				Implantação de laboratórios de informática para as comunidades carentes - Estado do Acre.	440.000
223				Implantação de laboratórios de informática - Rio Branco - AC.	150.000
224	Dep. Raimundo Gomes de Matos	PSDB	CE	Difusão e popularização de ciência e tecnologia para inclusão digital - Estado do Ceará.	650.000
225	Dep. Raimundo Santos	PL	PA	Implantação de centro de capacitação tecnológica de informática através de ente público ou privado a ser definido oportunamente no Estado do Pará.	600.000
226				Unidade móvel para capacitação tecnológica de informática através de ente público ou privado a ser definido oportunamente no Estado do Pará	400.000
227				Apoio À implantação de minisina de processamento de lixo através de entes públicos ou privados a serem definidos oportunamente no Estado do Pará.	200.000
228	Dep. Raul Jungman	PPS	PE	Fomento à elaboração e implantação de projetos de Inclusão Digital no Estado de Pernambuco.	860.000
229				Fomento à elaboração e implantação de projetos de Inclusão Digital - Lagoa Grande - PE.	100.000
230				Apoio à pesquisa e inovação para o desenvolvimento social - Floresta - PE.	150.000

EMENDAS INDIVIDUAIS MCT: LOA 2005					
Nº	AUTOR	PARTIDO	UF	EMENTA	VALOR R\$
231	Dep. Reginaldo Germano	PP	BA	Aquisição de unidade móvel para capacitação tecnológica de informática - Estado da Bahia.	800.000
232	Dep. Ricardo Barros	PP	PR	Apoio à pesquisa e inovação para o desenvolvimento social em municípios do Estado do Paraná.	400.000
233	Dep. Ricardo Fiuza	PP	PE	Implantação de centro de acesso tecnológico em municípios do Estado de Pernambuco.	300.000
234	Dep. Ricardo Rique	PL	PB	Unidade móvel para capacitação tecnológica de informática ou implantação de centro de capacitação tecnológica de informática no Estado da Paraíba.	400.000
235	Dep. Roberto Balestra	PP	GO	Implantação de centros de Inclusão Digital em municípios do Estado de Goiás.	250.000
236	Dep. Roberto Freire	PPS	PE	Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital - Lagoa Grande - PE.	80.000
237				Fomento à elaboração e implantação de projetos de In inclusão social - São José do Egito - PE.	80.000
238				Apoio à implantação e modernização de centros vocacionais tecnológicos - Igarassu - PE.	150.000
239				Apoio à implantação e modernização de centros vocacionais tecnológicos - Bom Jardim - PE.	80.000
240				Apoio à implantação e modernização de centros vocacionais tecnológicos - Dormentes - PE.	80.000
241				Aquisição de unidade móvel para inclusão digital .	500.000
242				Apoio à implantação e modernização de centros vocacionais tecnológicos - Estado de Pernambuco.	420.000
243	Dep. Roberto Magalhães	Sem partido	PE	Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital , implantação do centro de acesso popular à Internet - Vitória de Santo Antão - PE.	150.000
244	Dep. Rodrigo Maia	PFL	RJ	Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital - Engenheiro Paulo de Frontin - RJ.	100.000
245	Dep. Ronaldo Dimas	PSDB	TO	Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital - Estado do Tocantins .	160.000
246	Dep. Rubinelli	PT	SP	Unidade móvel para capacitação tecnológica de informática em município(s) do Estado de São Paulo.	400.000
247	Dep. Selma Scons	PT	PR	Software para modelagem e simulação computacional do sistema humano - Nacional	100.000
248	Dep. Sérgio Miranda	PCdoB	MG	Projeto atípico - Aquisição de equipamentos para implantação de técnicas de dosimetria termoluminescente - CDTN - Belo Horizonte - MG.	200.000
249				Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital - Belo Horizonte - MG.	236.000
250				Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital e criação de espaços comunitários - Estado de Minas Gerais.	236.000
251				Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital - Juiz de Fora - MG.	132.000
252				Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital - Montes Claros - MG.	236.000
253				Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital - Nova Lima - MG.	236.000

EMENDAS INDIVIDUAIS MCT: LOA 2005					
Nº	AUTOR	PARTIDO	UF	EMENTA	VALOR R\$
254	Dep. Severiano Alves	PDT	BA	Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital - Elísio Medrado - BA.	50.000
255	Dep. Sigmaringa Seixas	PT	DF	Fomento a projetos de pesquisas no Centro Internacional de Física da Matéria Condensada - CIFMC-UnB - Nacional.	100.000
256				Implantação de centro de acesso a Internet para a inclusão digital - Região Centro Oeste.	100.000
257	Dep. Simão Sessim	PP	RJ	Implantação de centro de acesso a Internet para a inclusão digital no município de Mesquita - RJ.	70.000
258	Dep. Tarcísio Zimmemann	PT	RS	Apoio à implantação e modernização de centros vocacionais tecnológicos - Novo Hamburgo - RS, do centro Espírita Caminho da Luz - Horta Comunitária.	90.000
259	Dep. Thelma de Oliveira	PSDB	MT	Implantação de centros de acesso a Internet para inclusão digital no Estado do Mato Grosso.	300.000
260	Dep. Vanessa Grazziotton	PCdoB	AM	Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital - Benjamin Constant - AM	100.000
261				Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital - Manacapuru - AM	100.000
262				Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital - no município de Novo Aripuana - AM.	100.000
263				Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital - Parintins -AM.	100.000
264				Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital - Tocantins - TO.	100.000
265	Dep. Vieira Reis	PMDB	RJ	Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital - Unidade móvel de Inclusão Digital - Rio das Flores.	400.000
266	Dep. Vignatti	PT	SC	Implantação e equipamento de incubadora industrial, como suporte no desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais.	150.000
267				Apoio à implantação e modernização de centros vocacionais tecnológicos - Chapecó - SC - Construção e implantação do centro profissionalizante da Socioeste.	300.000
268	Dep. Virgílio Guimarães	PT	MG	Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital - Estado de Minas Gerais.	300.000
269	Dep. Wasny de Roure	PT	DF	Fomento a projetos de pesquisas no Centro Internacional de Física da Matéria Condensada - CIFMC - Nacional UnB - Distrito Federal.	40.000
270				Implantação de espaços comunitários de inclusão digital Distrito Federal - Santa Maria - DF (OSCIP).	30.000
271	Dep. Wladimir Costa	PMDB	PA	Implantação de centros de capacitação tecnológica em informática - Estado do Pará.	700.000
272	Dep. Zarattini	PT	SP	Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital - Casa Brasil - Estado de São Paulo.	1.000.000
273				Desenvolvimento de pesquisa e apoio à publicação da Sociedade Brasileira de Gestão do Conhecimento - Nacional.	50.000
274				Implantação de centros de capacitação tecnológica de informática - Estado de São Paulo.	500.000
275	Dep. Zelinda Novaes	PFL	BA	Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital - Barreiras -BA.	50.000
276				Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital - Dias d'Ávila - BA	50.000

EMENDAS INDIVIDUAIS MCT: LOA 2005					
Nº	AUTOR	PARTIDO	UF	EMENTA	VALOR R\$
277	Dep. Zelinda Novaes	PFL	BA	Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital - Lauro de Freitas - BA (Emenda nº 13810006)	50.000
278				Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital - Lauro de Freitas - BA (Emenda 13810007)	50.000
279				Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital - São Francisco do Conde - BA.	50.000
280	Dep. Zenaldo Coutinho	PSDB	PA	Apoio à pesquisa e inovação para o desenvolvimento social - Nova Timboteua - PA	200.000
281				Apoio à pesquisa e inovação para o desenvolvimento social - Estado do Pará.	450.000
282	Sen. Ana Júlia Carepa	PT	PA	Rede temática de pesquisa em modelagem para Amazônia - Museu Paraense Emílio Goeldi - Belém - PA.	100.000
283	Sen. Antônio Carlos Valadares	PSB	SE	Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital - Simão Dias - SE - Associação Beneficente Litero Esportiva de Simão Dias.	50.000
284	Sen. César Borges	PFL	BA	Fomento à pesquisa e implantação de projetos de inclusão digital nos municípios do Estado da Bahia.	450.000
285	Sen. Cristovam Buarque	PT	DF	Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital junto a secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente de Pernambuco - Espaço Ciência - Estado do Pernambuco.	500.000
286	Sen. Eduardo Azeredo	PSDB	MG	Fomento à elaboração e implantação de projetos de Inclusão Digital - Estado de Minas Gerais.	200.000
287				Apoio à implantação e modernização de centros vocacionais tecnológicos - Estado de Minas Gerais.	300.000
288	Sen. Eduardo Siqueira Campos	PSDB	TO	Implantação de centros de Inclusão Digital em setores de impacto em municípios do Estado do Tocantins.	100.000
289	Sen. Flávio Arns	PT	PR	Fomento à elaboração e implantação de centros de acesso à Internet - Estado do Paraná.	350.000
290	Sen. Jefferson Peres	PDT	AM	Apoio à pesquisa e inovação em arranjos produtivos locais - Estado do Amazonas.	100.000
291	Sen. João Capiberibe	PSB	AP	Implantação de centro de acesso à Internet para inclusão digital nos assentamentos do INCRA/AP - Estado do Amapá.	75.000
292				Implantação de centro de acesso à Internet para inclusão digital nos municípios do Estado do Amapá.	420.000
293	Sen. Paulo Octávio	PFL	DF	Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital - Distrito Federal.	500.000
294	Sen. Rodolpho Tourinho	PFL	BA	Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital em municípios do Estado da Bahia.	500.000
TOTAL					88.790.600

Fonte: SIAFI/STN elaborado pela Consultoria de Orçamento/CD e Prodasen/SF

Tabela II

EMENDAS DE COMISSÃO MCT: LOA 2005		
COMISSÃO	EMENTA	VALOR R\$
CAINDR	Apoio à pesquisa e inovação para o desenvolvimento social na região amazônica.	7.308.000
CAE (SF)	Implantação de centros de inclusão digital em setores de impacto social.	11.556.000
CAS (SF)	Apoio a projetos estratégicos em biotecnologia.	828.000
CCTCI	Apoio à pesquisa e inovação para o desenvolvimento social.	17.028.000
	Fomento à pesquisa e ao desenvolvimento de projetos para viabilizar a produção e o uso de biodiesel.	828.000
	Implantação de espaços comunitários de inclusão digital - Casa Brasil.	204.000.000
	Concessão de bolsa de formação e qualificação de pesquisadores - CNPq.	52.696.000
	Desenvolvimento de novas linhas de pesquisa nas unidades científicas e tecnológicas - Unidades MCT.	1.656.000
CDEIC	Apoio à pesquisa e à inovação em Arranjos Produtivos Locais - APLs.	17.838.000
CE (SF)	Revitalização de redes internas de comunicação de dados de universidades e unidades de pesquisa federais - RNP.	8.280.000
CLP (CD)	Apoio à pesquisa e inovação para o desenvolvimento econômico e social - FNDCT.	828.000
CMADS	Implantação da rede de meteorologia e clima.	828.000
	Apoio à modernização de acervos biológicos.	828.000
CME	Implantação da rede de energias renováveis.	828.000
	Implantação de unidade de enriquecimento de urânio - no município de Resende - RJ - INB.	1.656.000
CTASP	Apoio à pesquisa e à inovação em Arranjos Produtivos Locais - APLs.	17.100.000
TOTAL		344.086.000

Fonte: SIAFI/STN, elaboração Consultoria de Orçamento/CD e Prodasen/SF

Tabela III

EMENDAS DE BANCADA MCT: LOA 2005		
UF	EMENTA	VALOR
PE	Apoio à pesquisa e à inovação para o desenvolvimento social	10.678.400
MA	Apoio à implantação e modernização de centros vocacionais tecnológicos em municípios do Estado do Maranhão	5.959.600
MG	Aquisição de equipamentos para pesquisa, produção de radiofármacos e diagnóstico médico - CDTN - Belo Horizonte	11.280.000
	Apoio à implantação e modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs).	17.980.000
	Apoio à pesquisa, inovação, difusão e divulgação tecnológica para inclusão social	15.124.600
CE	Implantação de miniusinas para produção de biodiesel em municípios	6.053.600
ES	Apoio à pesquisa e inovação para o desenvolvimento social em municípios	9.475.200
MS	Apoio à pesquisa e inovação para o desenvolvimento social	6.655.200
PR	Apoio à pesquisa e inovação para o desenvolvimento social	9.381.200
	Apoio à pesquisa e inovação para o desenvolvimento social das universidades estaduais do Estado do Paraná	4.324.000
RN	Apoio à pesquisa e inovação para o desenvolvimento social - EMATER	11.543.200
TO	Apoio à pesquisa e inovação para o desenvolvimento social em municípios	3.459.200
RS	Apoio à ampliação modernização e funcionamento de unidades de pesquisa no Rio Grande do Sul - Impe e Cientec	2.669.600
	Construção do Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada - Ceitec	2.594.400
MT	Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital em municípios do estado do Mato Grosso	20.680.000
SP	Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital em municípios	2.594.400
BA	Fomento a projetos de consolidação da capacidade científica e tecnológica	14.100.000
	Implantação de infocentros	13.742.800
AM	Implantação de centros de inclusão digital em setores de impacto social no Estado do Amazonas	4.399.200
RO	Apoio à pesquisa e inovação para o desenvolvimento social	6.993.600
SE	Implantação de parque tecnológico	8.958.200
DF	Implantação de espaços comunitários de inclusão digital	3.421.600
Rg. NE	Apoio à rede nordeste de biotecnologia - Renorbio	5.959.000
TOTAL		198.027.000

Fonte: SIAFI/STN, elaboração Consultoria de Orçamento/CD e Prodasen/SF

Tabela IV

EMENDAS DE RELATOR-GERAL MCT: LOA 2005		
UO	EMENTA	VALOR R\$
AEB	Participação brasileira no desenvolvimento do satélite sino-brasileiro (CBERS).	64.990.000
	Complementação da infra-estrutura geral do Centro de Lançamento de Alcântara/Região Nordeste.	20.000.000
	Participação brasileira no desenvolvimento do satélite sino-brasileiro (CBERS).	13.132.500
	Desenvolvimento e lançamento de satélites de sensoriamento remoto com imageador radar.	4.785.000
	Recepção de imagens e geração de produtos de satélites.	4.465.000
	Pesquisa e desenvolvimento em tecnologias, ciências e aplicações espaciais no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).	4.450.000
	Manutenção da infra-estrutura de apoio a satélites.	4.310.000
	Manutenção da infra-estrutura de apoio a satélites.	1.500.000
	Pesquisa e desenvolvimento em tecnologias, ciências e aplicações espaciais no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).	1.000.000
	Desenvolvimento e lançamento de satélites de sensoriamento remoto com imageador radar.	1.000.000
	Desenvolvimento do segmento de aplicações do satélite sino-brasileiro (CBERS).	960.000
	Funcionamento do Centro Regional Sul de Pesquisas Espaciais.	885.000
	Desenvolvimento de experimentos e equipamentos embarcados.	860.000
	Recepção de imagens e geração de produtos de satélites.	500.000
	Desenvolvimento de experimentos de equipamentos embarcados.	500.000
	Funcionamento do Centro Regional de Educação em Ciência e Tecnologia Espaciais para a América Latina e Caribe.	330.000
	Desenvolvimento de produtos e processos inovadores para o setor espacial.	275.000
	Desenvolvimento do segmento de aplicações do satélite sino-brasileiro (CBERS).	100.000
	Desenvolvimento de produtos e processos inovadores para o setor espacial.	100.000
	Funcionamento do Centro Regional Sul de Pesquisas Espaciais.	100.000
Funcionamento do Centro Regional de Educação em Ciência e Tecnologia Espaciais para a América Latina e Caribe.	20.000	
MCT	Desenvolvimento da meteorologia .	15.000.000
	Administração da Unidade.	385.000
	Fomento a projetos de pesquisa no Centro Internacional de Física da Matéria Condensada (CIFMC/UnB).	2.000.000
CNPq	Concessão de bolsa de formação e qualificação de pesquisadores.	22.749.888
FNDCT	Equalização de taxa de juros em financiamento à inovação tecnológica (CT-Verde Amarelo).	7.040.010
	Fomento à capacitação tecnológica em temas de impacto social.	7.040.010
	Estímulo às empresas de base tecnológica mediante participação no capital (CT-Verde Amarelo).	7.040.010
TOTAL		185.517.418

Fonte: SIAFI/STN, elaboração Consultoria de Orçamento/CD e Prodasen/SF

Tabela V

EMENDAS PARLAMENTARES 2004/2005				
ÓRGÃO	LOA 2004	VALOR ATUALIZADO (R\$) ¹⁶	LOA 2005	CRESCIMENTO (%)
MCT	99.614.091	106.826.151,19	639.240.527	598,4
ME	232.170.258	248.979.761,09	460.755.839	85,1
MinC	115.617.258	123.987.947,48	191.760.464	54,7
MEC	345.007.404	393.446.443,52	278.091.507	-29,3

Fonte: SIAFI/STN, elaboração Consultoria de Orçamento/CD e Prodasen/SF

¹⁶ Atualizados para 30 de dezembro de 2004: de 27/10/2000 a 30/12/2004 pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Decisão 1.122/2000 TCU - Plenário em 13/12/2000.

Tabela VI

EMENDAS PARLAMENTARES MCT- 2005 - SETOR VI MCT, ME, MinC e MEC										
ÓRGÃO	INDIVIDUAIS (a)	%	COLETIVAS						TOTAL (a+b+c+d)	%
			COMISSÃO (b)	%	BANCADA (c)	%	REGIONAL (d)	%		
MCT	89.840.600	22,26%	2.167.000.000	50,54%	974.600.000	26,81%	200.000.000	44,44%	3.431.440.600	39,10%
MEC	72.252.000	17,91%	1.015.000.000	23,67%	1.533.000.000	42,17%	250.000.000	55,56%	2.870.252.000	32,70%
ME	200.437.500	49,67%	733.874.271	17,12%	822.000.000	22,61%	0	0	1.756.311.771	20,01%
MinC	40.978.200	10,16%	371.856.000	8,67%	306.000.000	8,42%	0	0	718.834.200	8,19%
TOTAL	403.508.300	100%	4.287.730.271	100%	3.635.600.000	100%	450.000.000	100%	8.776.838.571	100%

Fonte: SIAFI/STN, elaboração Consultoria de Orçamento/CD e Prodasen/SF

Tabela VII

EMENDAS PARLAMENTARES MCT: 1995-2005		
LOA	VALOR (R\$)	VALOR ATUALIZADO (R\$) ¹⁷
1995	3.856.000	8.841.840,69
1996	(1.811.412)	(3.456.792,35)
1997	1.910.000	3.276.195,15
1998	14.750.000	45.218.822,00
1999	47.300.000	74.683.555,69
2000	26.436.000	41.061.385,82
2001	38.730.000	55.043.076,00
2002	37.900.200	50.054.794,14
2003	64.610.000	76.918.205,00
2004	99.614.091	106.826.151,19
TOTAL 1995-2004	333.294.879	458.467.233,33
TOTAL 2005	639.240.527	
2005 / 1995-2004	40% maior	

Fonte: SIAFI/STN, elaboração Consultoria de Orçamento/CD e Prodasen/SF

¹⁷ Atualizados para 30 de dezembro de 2004: de 15/12/1994 a 26/10/2000 pela Unidade Fiscal de Referência (UFIR). Art. 54 da Lei nº 8.383/1991. In: DOU de 31/12/1991; de 27/10/2000 a 30/12/2004 pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Decisão 1.122/2000 TCU - Plenário em 13/12/2000.

Referências

BAHIA. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação. *Política de ciência, tecnologia e inovação para o Estado da Bahia*. Salvador: SECTI, 2004.

BASTOS, Celso Ribeiro. *Curso de direito constitucional*. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 8. ed. Brasília: Editora UnB, 1995.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1998.

_____. Congresso Nacional. Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. *Resolução nº 1, de 2001-CN*. Brasília: Câmara dos Deputados, Consultoria de Orçamento e Fiscalização, 2001.

_____. Congresso Nacional. Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. *Instruções para elaboração de emendas ao projeto de plano plurianual 2004/2007 e lei orçamentária 2004*. Brasília: Secretaria da Comissão Mista, 2003.

_____. Congresso Nacional. Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. *Instruções para elaboração de emendas ao projeto de lei orçamentária para 2005*. Brasília: Secretaria da Comissão Mista, 2004.

_____. Câmara dos Deputados. Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira. *Execução orçamentária*. Permite o acesso à execução orçamentária da União, emendas, restos a pagar e créditos adicionais. Disponível em: < <http://www.camara.gov.br/internet/orçament/principal/exibe.asp?idePai=2&cadeia=0@> >. Acesso em: 12 janeiro 2005.

EMENDAS da Bahia chegam a R\$ 35 milhões para área de tecnologia. *Jornal da Mídia*, Bahia, 5 jan. 2005. Disponível em: < http://www.jornaldamidia.com.br/noticias/2005/01/05/Bahia/Emendas_da_Bahia_chegam_a_R_35_mi.shtml >. Acesso em: 18 janeiro 2005.

GIACOMONI, James. *Orçamento público*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GREGGIANIN, Eugênio. *O processo orçamentário no Poder Legislativo e o assessoramento técnico institucional*. In: Seminário Internacional de Assessoria e Consultoria Institucional do Poder Legislativo, 1., 2003, Brasília. Disponível em: < <http://www.camara.gov.br/Internet/orcament/Principal/%5Cestudos%5C2004%5Cprocesso%20or%E7ament%E1rio.pdf> >. Acesso em: 25 janeiro 2005.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social. *Ciência e tecnologia para inclusão social*. Brasília, 2004.

MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

_____, Alexandre de. *Constituição do Brasil interpretada*. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

PISCITELLI, Roberto; TIMBÓ, Maria Zulene; ROSA, Maria Berenice. *Contabilidade pública: uma abordagem da administração financeira pública*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SANCHES, Osvaldo Maldonado. *Dicionário de orçamento, planejamento e áreas afins*. 1. ed. Brasília: Prisma, 1997.

SANTA HELENA, Eber Zoehler. *O processo de alocação dos recursos federais pelo Congresso Nacional*. In: Seminário Internacional de Assessoria e Consultoria Institucional do Poder Legislativo, 1., 2003, Brasília. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/Internet/orcament/Principal/%5Cestudos%5C2004%5Cprocesso%20de%20aloca%E7%E3o.pdf>>. Acesso em: 25 janeiro 2005.

SOUZA, Wanderley de. O Parlamento e a valorização da Ciência. *Jornal da Ciência e-mail*, Rio de Janeiro, 24 jan. 2005. Notícias, 2693. Disponível em: < <http://www.jornaldaciencia.org.br/detalhe.jsp?i=24960> >. Acesso em: 24 janeiro 2005.

<i>Título</i>	Relatório de prospecção orçamentária: o MCT no debate da lei orçamentária
<i>Relatório e coordenação editorial</i>	Alexandre Navarro Garcia <i>Assessor Parlamentar do MCT</i>
<i>Revisão</i>	Jorge Lúcio de Carvalho Pinto
<i>Atualização monetária</i>	Maurício da Cruz Gomes
<i>Gráficos e Tabelas</i>	Roberto Nascimento Arraes
<i>Projeto gráfico, diagramação e capa</i>	Cláudia Capella
<i>Formato</i>	21 x 18 cm
<i>Mancha gráfica</i>	18 x 13,5 cm
<i>Tipologia</i>	Textos - NewBskvll BT (11/13,2); títulos e subtítulos - Goudy Handtooled BT (25/30)
<i>Papel</i>	Capa - Cartão Supremo 250g/m ³ com aplicação de verniz e plastificação fosca; miolo - Off Set 75g/m ³
<i>Número de páginas</i>	116
<i>Tiragem</i>	1.000 exemplares

Ministério da
Ciência e Tecnologia

